



REQUALIFICAÇÃO URBANA

Área Central de Cerro Negro-SC

AGRADECIMENTOS

Diante da afinidade que encontrei com o urbanismo durante o curso, este estudo é a tentativa de influenciar na qualidade de vida e no desenvolvimento da cidade em que nasci. Muitos contribuíram para a realização deste e para que eu chegasse até aqui.

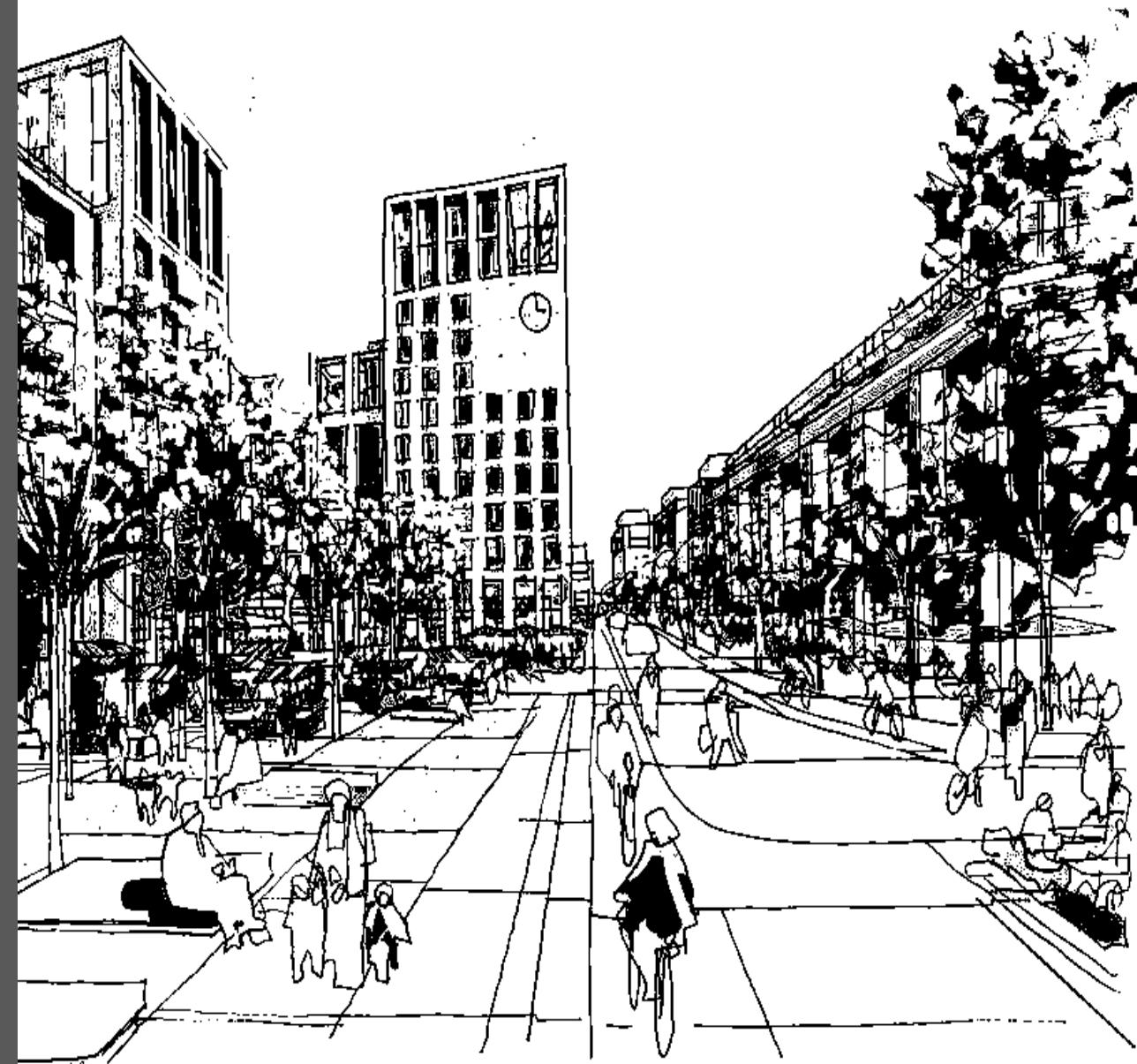
Agradeço a Deus, razão da minha existência, pelas oportunidades e pelo presente de poder cursar Arquitetura e Urbanismo.

A minha mãe Idelma por todos esses anos de dedicação e apoio, e por ter incansavelmente me incentivado a evoluir sempre. Ao meu pai Dirceu e aos meus irmãos que mesmo não podendo estar presentes em muitos momentos, sempre torceram e vibraram por mim.

Ao meu namorado Fernando que sempre esteve comigo, nesses cinco anos, demonstrando o verdadeiro significado de amor e paciência.

Aos demais familiares e amigos e em especial aqueles que ganhei na faculdade, Laís e Anderson, os quais, foram sinônimos de companheirismo e cumplicidade ao longo do curso.

Por último, e não menos importante, ao Centro Universitário Unifacvest e ao corpo docente, o qual tive oportunidade de conviver e trocar inúmeros conhecimentos e especialmente a coordenadora do curso Tais Trevisan, ao Orientador Fernando Calvetti, e ao Profs. Altair Baú e Diego Scopel pelos aprendizados quanto ao urbanismo.



An aerial photograph of a rural landscape. In the center, there is a small settlement with several buildings and a road. A river or stream flows through the area, curving around the settlement. The surrounding land appears to be agricultural or undeveloped. The image is in black and white.

REQUALIFICAÇÃO URBANA

Área Central de Cerro Negro-SC

CADERNO DE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
APRESENTADO AO CURSO DE ARQUITETURA E
URBANISMO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNFACVEST.

ORIENTADOR: FERNANDO CALVETTI
LAGES, 2018.

SUMÁRIO

CAP.1 O TEMA

CAP.2 REFERENCIAL TEÓRICO

CAP.3 REFERENCIAL PRAGMÁTICO

CAP.4 DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO

CAP.5 ÁREA DE INTERVENÇÃO

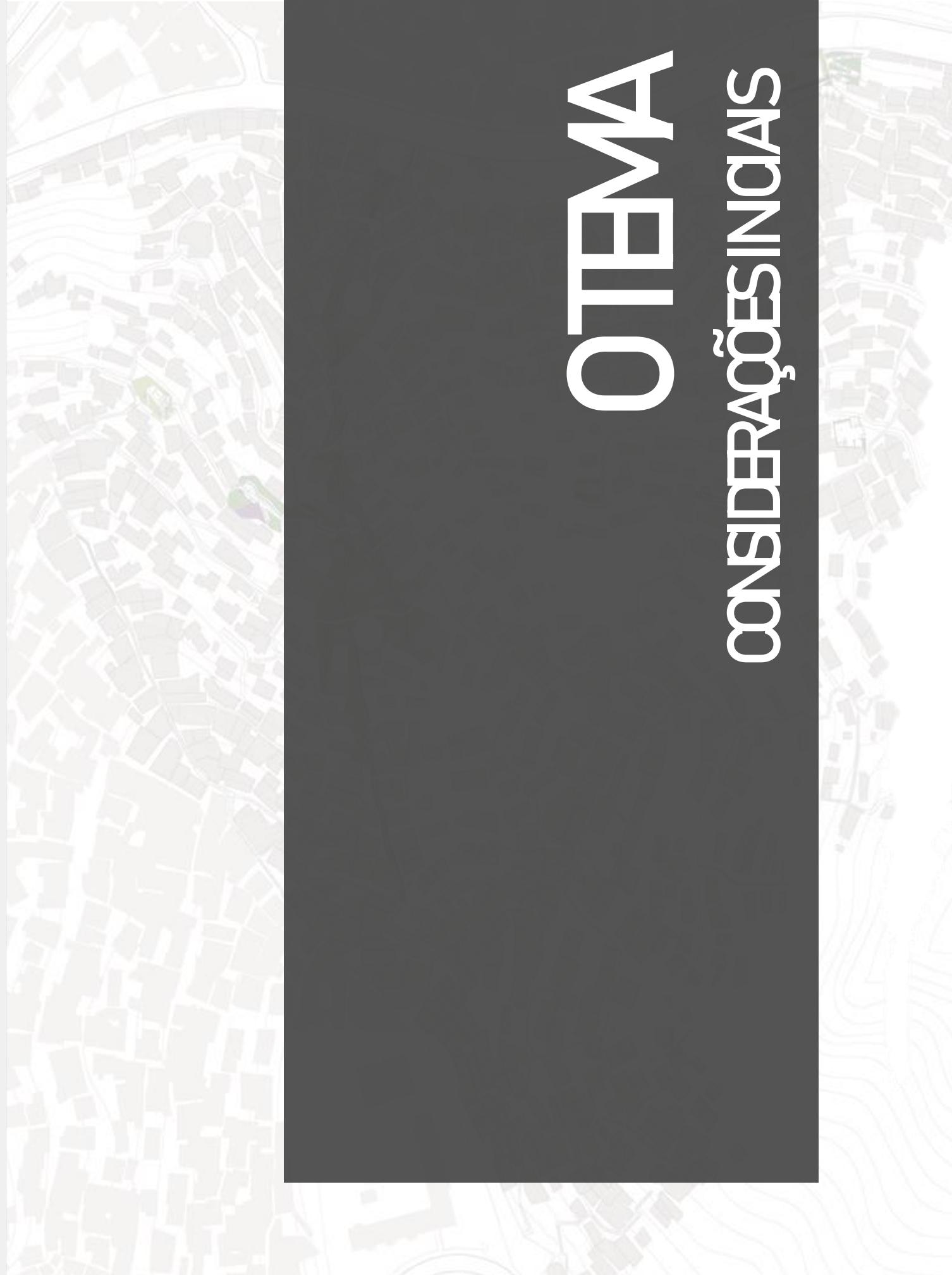
CAP.6 PROGRAMA DE NECESSIDADES

CAP.7 A PROPOSTA

CAP.8 REFERÊNCIAS

CAP. 1

OTEMA CONSIDERAÇÕES INICIAIS



TEMA

Requalificação Urbana da Área Central da cidade de Cerro Negro – SC

OBJETIVO GERAL

Propor intervenções paisagísticas, arquitetônicas e urbanísticas na área central da cidade de Cerro Negro-SC.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a relação da população com os espaços públicos a serem analisados, e dos mesmos, com o restante da cidade
- Propor áreas de lazer e vivência, de caráter social, cultural, esportivo, e comércio, capazes de melhorar a qualidade de vida da população
- Promover e incentivar a prática do convívio em sociedade e do resgate da cultura e identidade local
- Potencializar através da intervenção, os índices e o desenvolvimento local

- Incentivar a participação popular, no que diz respeito as discussões sobre o planejamento e o crescimento da cidade

JUSTIFICATIVA

Entende-se a partir de análises e estudos que Cerro Negro vem se desenvolvendo de forma lenta e desordenada por não possuir um plano diretor efetivo, influenciando diretamente no crescimento físico e social da cidade.

A partir de pesquisas e conversas com a população, conclui-se também que a cidade não possui espaços capazes de atender suas necessidades e assim garantir qualidade de vida aos seus habitantes.

A falta de infraestrutura aliada a demanda da população, faz necessário uma proposta de intervenção urbana, capaz de requalificar espaços e assim atribuir novas funções à cidade.

ELUCIDANDO O TEMA

Atualmente, mais da metade da população mundial vive nas cidades. O desafio de se estruturar em uma malha que comporte toda essa população e que ainda sim, garanta qualidade de vida no meio em que se vive é assustador e constante.

Com o objetivo de amenizar esses impactos, arquitetos e urbanistas, começaram então a discutir estratégias e políticas de desenvolvimento urbano, na tentativa de conceber uma cidade mais humana, pensada para as pessoas.

Porém, como exercer e desempenhar tais estratégias, por meio de intervenções no espaço urbano para melhorar a vida das pessoas?

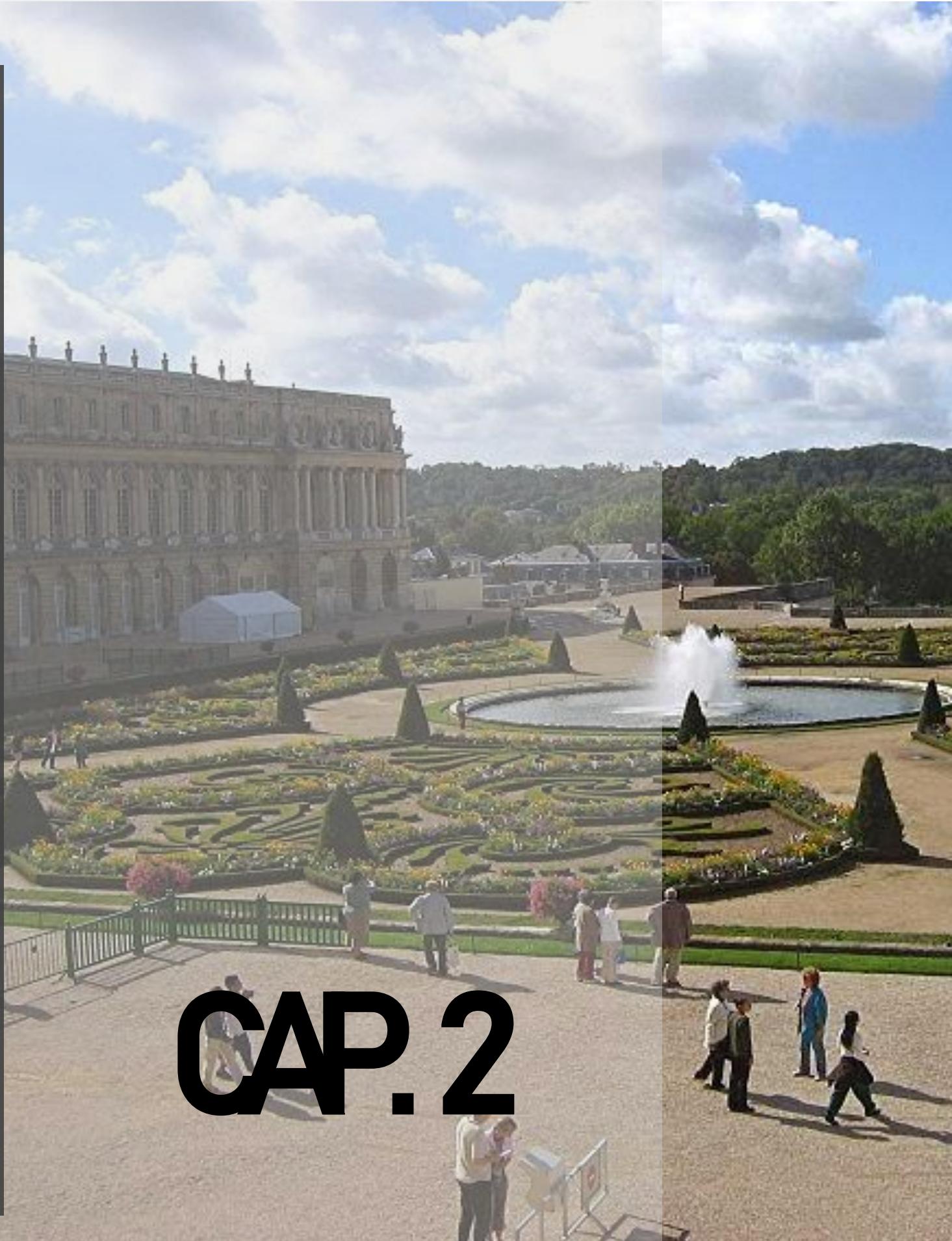
Jan Ghel, arquiteto e urbanista dinamarquês conhecido pelos estudos acerca da vida em sociedade nos espaços urbanos, defende a importância dos espaços públicos, e a influência que os mesmos possuem no comportamento e nas relações dos indivíduos que o compõem.

Assim também como Ghel, Jane Jacobs, em uma de suas obras mais importantes, *“Morte e vida das grandes cidades” (1961)*, discute práticas e políticas urbanas utilizadas no desenvolvimento das cidades e o papel dos espaços públicos, como forma de recuperar o que foi perdido, graças ao crescimento desordenado e a falta de visão quanto ao planejamento das cidades.

Como nos grandes centros, as pequenas cidades também estão à mercê dos desafios do planejamento e da estruturação do espaço. Diante destes e outros aspectos abordados posteriormente, teremos como objeto de estudo um dos municípios da microrregião Campos de Lages, pertencente à mesorregião serrana de Santa Catarina.

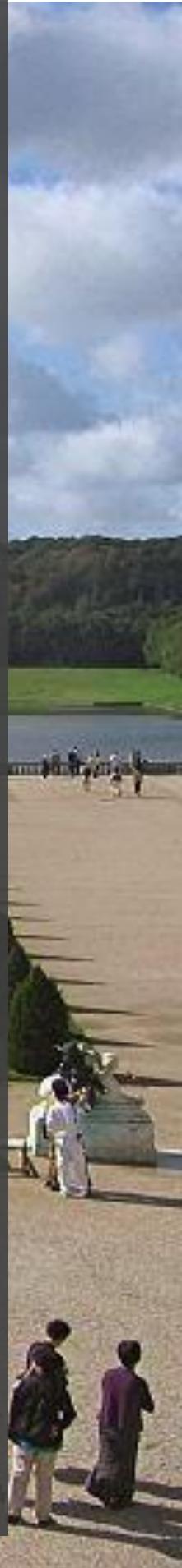
A intervenção tem por objetivo através do diagnóstico das áreas escolhidas, propor a requalificação de espaços já existentes, porém degradados, e áreas em potencial subutilizadas, a fim de beneficiar os moradores locais, e a cidade como uma só, potencializando a economia local e valorizando a cidade e a região em que está inserida.

Como ponto de partida, pretende-se investigar e analisar as ações incidentes nas áreas pré-selecionadas, baseadas na demanda da população local, na política urbana vigente, e nos deveres e atuação do poder público para melhorias e qualificação destas áreas.



CAP. 2

REFERENDIALE TEÓRICO



REQUALIFICAÇÃO URBANA

No urbanismo, o termo surge no final dos anos 90, como uma das formas de intervenção no espaço. Tem por objetivo principal, introduzir/reintroduzir os indivíduos às atividades urbanas, através da plena utilização da infraestrutura e equipamentos urbanos já existentes, influenciando diretamente na qualidade de vida na cidade, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Atualmente é vista como ferramenta para solucionar os problemas encontrados nas cidades através do reordenamento do território físico e dos aspectos sociais, o que possibilita uma nova “imagem” para a cidade.

FERREIRA, LUCAS, e GATO (1999, citado por MOREIRA, 2007, p. 124) consideram que: “requalificação urbana é um processo social e político de intervenção que visa essencialmente (re)criar qualidade de vida urbana, através de uma maior equidade nas formas de produção (urbana), de um acentuado equilíbrio no uso e ocupação dos espaços e na própria capacidade criativa e de inovação dos agentes envolvidos nesses processos”

Diante da fragmentação das estruturas existentes no espaço urbano a requalificação urbana envolve “(...) todo o processo que leva uma cidade, ou parte dela, a corresponder às expectativas de todos os estratos da população, incluindo os sócio culturalmente mais habilitados, de forma que esta, utilize o espaço urbano de forma durável e agradável” (MOREIRA, 2007, p. 124).

Para MOURA, (et. al., 2006), requalificação urbana é, sobretudo, um instrumento para a melhoria da qualidade de vida da população, capaz de promover a construção e recuperação de equipamentos e infraestruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social e econômica, através de melhorias urbanas, de acessibilidade ou centralidade.



BREVE HISTÓRICO SOBRE O URBANISMO

O termo “urbanização” nasce em meados do século XIX, com definições acerca do planejamento urbano na tentativa de resolver as problemáticas existentes.

Tais problemas surgem com o súbito crescimento das cidades no período pós-revolução industrial, resultado principalmente do êxodo rural em busca de melhores condições de vida, e que ocasionou sérios problemas físico-espaciais (altas densidades, doenças, poluição...).

O urbanismo surge então, como técnica/ciência, capaz de planejar e ordenar o território, e intervir no contexto urbano para as mudanças necessárias.

Segundo Choay (2011), a urbanização representou uma reflexão crítica sobre os processos de industrialização das cidades e na forma como estes, impactaram no modo de vida e nos hábitos dos indivíduos.

No século XX, com o amadurecimento das teorias, surgem novas concepções. Alguns acreditam que o conceito se difundiu na França, por volta do ano de 1910. Outros, que o mesmo surgiu antes, em 1868, quando Ildefonso Cerda, responsável pela ampliação de Barcelona, aborda princípios aplicados a “urbe”, em sua obra *Teoria General de la Urbanización*.

Contudo, presume-se, que a ideia de “organizar” a cidade, seja antiga. Segundo (HAROUÉL, 1990), desde que surgiram as primeiras comunidades havia indícios de uma organização hierárquica de espaços de poder (um exemplo, a *Polis* grega), o que sugere que o urbanismo já era aplicado, porém, ainda não considerado como ciência. Nota-se que desde o início, já havia uma preocupação com o modo de vida coletivo, e com os valores predominantes, materializados no território.

Após tantas discussões acerca do urbanismo e dos seus possíveis princípios, é criada a Carta de Atenas, redigida no Congresso Internacional da Arquitetura Moderna em 1933.

O tema “Cidade Funcional” foi o ponto de partida para discussões sobre aspectos da vida urbana, e diretrizes que posteriormente seriam aplicadas à cidade, e as quais tiveram grande influência do arquiteto francês Le Corbusier.

A cidade é caracterizada como um organismo vivo, que deve ser concebida de acordo com a necessidade de seus indivíduos. A carta prioriza em outros pontos, o zoneamento e a separação das áreas residenciais, de lazer e trabalho, e almeja uma cidade menos densa e com mais áreas verdes.

Tais disposições da Carta de Atenas influenciaram no planejamento de cidades europeias, e no Brasil, principalmente na criação do Plano Piloto de Brasília por Lúcio Costa.

No Brasil, o urbanismo, (inicialmente entendido como planejamento urbano) começou a ser discutido no final do século XIX. Segundo Villaça (1999), historicamente falando, as cidades brasileiras passaram por três períodos principais de planejamento urbano, sendo eles;

1. Do Séc. XIX até 1930 – marcado pelos planos de embelezamento e melhoramentos, que desconstruiu a forma urbana colonial, sucedido do urbanismo sanitarista.
2. Do séc. XX, entre as décadas de 30 até a de 90, – o planejamento de forma indispensável para a solução das problemáticas urbanas existentes, sendo o zoneamento usado como peça-chave para a organização físico-territorial das cidades.
3. A intervenção urbanística, no Rio de Janeiro com a elaboração do Plano Agache, formulado pelo arquiteto francês Donald Alfred Agache, que levou em conta, os problemas da cidade industrial, causados pelo inchaço populacional.

O mesmo, ainda foi o primeiro a usar a expressão plano diretor, que se difundiu no Brasil, a partir de 1940, e mais tarde com a democratização do país e com novas políticas urbanas, foi formalizado na Constituição de 1988.

ESPAÇOS PÚBLICOS NO CONTEXTO URBANO

Ao longo da história e evolução das cidades, formaram-se algumas concepções sobre a configuração do espaço urbano no que diz respeito aos domínios existentes na cidade; o público x privado.

O termo público já era relacionado à coletividade e algo de fácil acesso a qualquer indivíduo, diferente do privado, controlado e restrito a um determinado grupo.

A ideia de espaço “público” como uma esfera pertencente à cidade, é antiga, porém, se consolida de fato com a urbanística grega. Para os gregos, a ágora, inserida na polis, representava o espírito público, como lugar da palavra e da democracia.

Segundo Ascher (1995), o conceito de espaço público surge em 1977, diante de um processo de intervenção, agrupando na mesma categoria os espaços verdes, as ruas, as praças, a valorização da paisagem e do mobiliário urbano.

É considerado diante do território urbano (especialmente nas cidades capitalistas, com a predominância do privado), sendo de uso comum e posse coletiva, pertencente ao poder público.

Contudo, a limitação entre estas duas esferas no contexto urbano, acontece por meios de movimentos urbanísticos europeus, que aos poucos foram introduzidos na vida da cidade

. Na sua maioria, as cidades europeias se formaram através da apropriação irregular, de

maneira desordenada e insalubre. Isso aconteceu até o surgimento do chamado urbanismo sanitário no século XIX, e das intervenções dos urbanistas, Georges-Eugène Haussmann em Paris, e Ildefonso Cerdà em Barcelona.

Ainda que nesse momento o estado não se preocupasse tanto com questões dessa ordem, estas intervenções fizeram com que o desenho das áreas públicas (especialmente as avenidas) se tornasse prioritárias no traçado da malha e na paisagem urbana.

No início do século XX, O Movimento Moderno, rompe de forma radical na forma, estrutura e organização da morfologia e nas diretrizes urbanísticas e uma releitura sobre o conceito de “público”. Muitos dos urbanistas da época defendiam que todo o solo dentro do perímetro urbano deveria ser de propriedade pública, pertencendo à esfera privada, apenas frações de áreas correspondentes a imóveis particulares.

Todavia, esta ideia, era considerada pelos críticos como “utópica”. Um exemplo foi Jane Jacobs, no seu livro *Morte e Vida das Grandes Cidades*, onde criticava as propostas modernas e sua aplicação na cidade real. Tais críticas geraram nas últimas décadas uma relevante valorização da rua como o espaço público essencial às cidades, e levantou muitos questionamentos acerca do tema.

Com o Novo Urbanismo, as definições quanto à intervenção do espaço público foram modificadas, desempenhando papel fundamental em duas vertentes:

- Estruturação do Espaço: como elemento base do planejamento a partir do qual se devem articular os edifícios públicos, garantindo e valorizando a identidade do local;

- Fomentar o Espírito Comunitário: Quando bem projetados (em termos de segurança, conforto, beleza, etc.) estes espaços, onde se incluem praças, jardins, campos de jogos, parques infantis, etc., para além de oferecerem o intuito para o qual existem, fomentam o encontro de gerações e fortalecem os laços de comunidade, contribuindo para uma cidadania ativa.

A Carta do Novo Urbanismo, de 1996, redigida como documento referencia no Congresso do Novo Urbanismo, teve como premissa explorar as possibilidades acerca do desenvolvimento das cidades norte-americanas. Os 27 princípios, são claros e alto explicativos. Do 1º ao 9º trata sobre região: metrópole, cidade e vila, do 10º ao 18º sobre vizinhança, o bairro e o corredor, os demais tratam sobre o quarteirão, a rua e o edifício. Ênfase para o seguinte trecho da carta;

“As cidades e vilas devem ser configuradas por espaços públicos fisicamente definidos e, como os edifícios públicos, universalmente acessíveis; a concepção da arquitetura e da paisagem que enforma os lugares urbanos deve consagrar a história, o clima, a ecologia e as práticas construtivas locais”(CARTA DO NOVO URBANISMO,1996).

Para o assunto tratado aqui, a relevância de transcrever os seguintes princípios:

7] As cidades e as vilas devem aproximar um amplo conjunto de usos públicos e privados, para favorecerem uma economia regional que beneficie pessoas de todos os níveis de rendimento.

18] Uma variedade de parques, desde parques infantis e espaços verdes a campos desportivos e hortas comunitárias, deve ser distribuída pelas vizinhanças. Áreas protegidas e terrenos sem ocupação devem ser usados para definir e ligar diferentes vizinhanças e bairros.

25] Os edifícios com funções cívicas e os lugares de encontro público devem ser localizados em sítios importantes, para reforçarem a identidade das comunidades e a cultura da democracia. Merecem formas distintivas, porque o seu papel é diferente do papel que têm os outros edifícios e lugares que constituem os tecidos urbanos.

Diante de tais colocações, e apesar das críticas feitas ao modelo voltadas principalmente a questões de subdivisão do território e a gerenciamento privado, é possível perceber que o novo urbanismo representou o desejo dos indivíduos por um espaço e uma cidade melhor

APROPIAÇÃO DO ESPAÇO

Frente as intensas transformações no espaço urbano, os espaços públicos também sofreram diversas mudanças no que diz respeito a sua concepção, uso e apropriação. Antes vistos apenas como locais isolados ou meros elementos paisagísticos no contexto da cidade tornaram-se locais de circulação e encontro dos indivíduos.

O rápido crescimento das cidades, as novas formas de planejamento urbano e estruturação espacial, propuseram uma nova relação entre espaço público e meio urbano, onde sua morfologia passa a corresponder à imagem de determinado lugar, cidade, região etc...

Nesta analogia, considera que, a forma do ambiente urbano esta diretamente ligada aos interesses sociais, e neste sentido, os desejos dos indivíduos. Salienta-se que quando falamos de apropriação, não falamos do uso inadequado ou marginalidade, mais sim, do melhor uso a ser feito da infraestrutura pública.

Santos e Vogel (1985) atribuem às apropriações dos espaços públicos a função de “mecanismos de defesa e superação da população aos modelos urbanísticos impostos pelos planejadores”

No entanto, nas ultimas décadas, com a globalização e o novo modo de vida da sociedade, além de fatores ligados a violência e insegurança, estes espaços passaram a ser parcialmente abandonados. Shoppings Centers surgem com novas possibilidades de

lazer e socialização, e aos poucos se estabelecem, deslocando a vida social em seu reduto, substituindo os espaços públicos

Assim, segundo (GONDIM, 2001) “o espaço público passa a ser visto como sinônimo de impessoalidade, frieza ou mesmo, conflito”.

A cidade moderna e pós-moderna, reconfigurou os espaços da cidade contemporânea, elitizando os espaços privados e fazendo com que houvesse um enfraquecimento nos interesses de uso e apropriação dos espaços públicos.

Tais transformações, aliadas ao avanço tecnológico e a rapidez da informação, afetou inclusive, como aponta LIMA (2001,20), os antigos espaços públicos da cidade, uma vez que a população começou a migrar para novos bairros considerados mais adequados.

Segundo Zanchetti (2001), o desenvolvimento tecnológico e as redes de comunicação permitiram o surgimento das cidades digitais, onde o conceito sócio organizacional do espaço público tende a desaparecer e subsistir em shoppings centers e condomínios fechados.

Todavia, seria um equívoco considerarmos um abandono completo, ainda que isso aconteça de forma parcial, muitos espaços públicos, principalmente os com localização privilegiada, são utilizados ainda por certas camadas da população.

Meyer (2001) acredita que “a humanização da vida nas cidades depende diretamente da recuperação de espaços destinados à vida coletiva”, assim como Lima (2001) reafirma a ideia, dizendo que nos atuais planos de desenvolvimento, os espaços públicos são apontados como fundamentais na produção de uma imagem positiva e na qualificação urbana.

Diante de tais apontamentos, percebemos que as transformações no espaço urbano, não influenciaram apenas na forma de pensar e propor estes espaços, mais também no modo de vida coletivo e na apropriação destes.



ESPAÇOS CONSOLIDADOS

A Rua, a Praça e o Parque

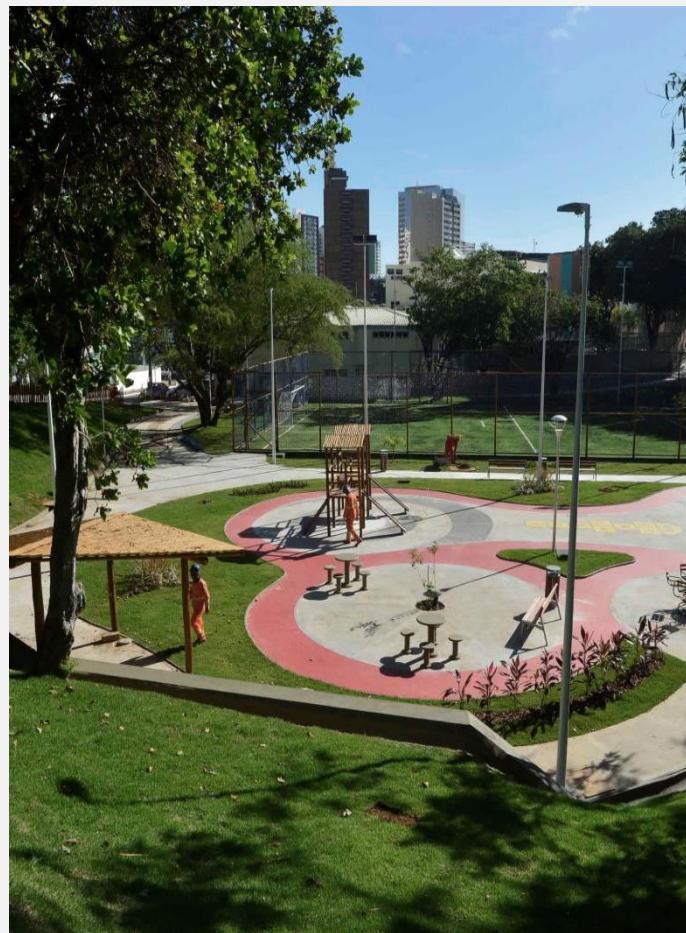
Para discutirmos alguns conceitos, há de se destacar como referencia a importância do artigo Apropriações do espaço público: alguns conceitos, escrito pela Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, Eneida Maria Souza Mendonça. Frente aos argumentos da importância dos espaços públicos e da apropriação natural por parte dos indivíduos, é necessário segundo Eneida, entender e conceituar os espaços formalmente constituídos como a rua, a praça e o parque.

Conforme Lamas (s/d, p. 98 e 100) a rua, considerada de fato como estruturadora do traçado, corresponde a um dos elementos mais claramente identificáveis tanto na forma de uma cidade como no gesto de projetá-la. Assenta num suporte geográfico preexistente, regula a disposição dos edifícios e quarteirões e liga os vários espaços a partes da cidade. Cabe salientar que assim como outros autores, Lamas diferencia a praça de outros espaços como largos, terreiros, etc..., assim também como Carneiro e Mesquita (2000), que propõem as seguintes distinções;

Praças são espaços livres públicos, com função de convívio social, inseridos na malha urbana como elemento organizador da circulação e de amenização pública, com área equivalente à da quadra, geralmente contendo expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros e bancos.

Pátios são espaços livres públicos definidos a partir de uma igreja ou outro elemento arquitetônico expressivo, além do casario antigo aos quais dá acesso, quase sempre pavimentados e exercendo a função de respiradouros, de propiciadores do encontro social e eventualmente destinados a atividades lúdicas temporárias

Largos são espaços livres públicos definidos a partir de um equipamento geralmente comercial, com o fim de valorizar ou complementar alguma edificação como mercado público. Podendo também ser destinados a atividades lúdicas temporárias (CARNEIRO; MESQUITA, 2000, p.29)



FONTE: AMTAIGARA

No que diz respeito aos parques, Lamas (s/d) não atribui conceitos específicos. Estas estruturas verdes são reconhecidas pelo autor como “elementos identificáveis na estrutura urbana. Caracterizam a imagem da cidade; têm individualidade própria; desempenham funções precisas: são elementos de composição e do desenho urbano; servem para organizar, definir e conter espaços” (LAMAS, s/d, p. 106).

Apesar das explanações aqui feitas se limitarem apenas sobre a rua, a praça e o parque, é preciso considerar outros ambientes, como por exemplo, o canteiro urbano, mirantes, calçadões entre outros, que aqui não serão abordados especificamente.



FONTE: FUTURO URBANO

ESPAÇO PÚBLICO X PLANEJAMENTO E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Defronte ao que foi visto anteriormente é necessário debater sobre as questões de planejamento e o interesse do poder público, em relação a estes espaços na atualidade. Caldeira (2000) aponta a crescente segregação sócio-espacial, como consequência de ações privadas e ausência do poder público. Já Arantes (1998) chega a indicar a própria participação do poder público como responsável por tal segregação.



FONTE: JUSBRASIL

A Constituição Federal de 1988 inovou trazendo um capítulo específico para a Política Urbana, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade (art. 182).

Assim definido, o Estado tem por função, planejar e gerir a cidade através de uma política urbana voltada em ações que promovam a função social da propriedade e o bem-estar de seus habitantes. Bem como, os municípios passam a ter o papel de executor da Política de Desenvolvimento Urbano, conforme o artigo 182 da C.F, regulamentado pelo Estatuto da Cidade, sob a Lei 10.257/2001.

Passam então a ter responsabilidades mais específicas em relação ao urbanismo, cabendo à União e aos Estados fixar as diretrizes e normas para a melhor aplicação dos dispositivos constitucionais à Política Urbana.

Para (SOUZA, 2002, p. 60-61) esse desenvolvimento, é não só o espacial e econômico, mais também o social, e é por ele entendido como uma “mudança positiva”.

Há de se destacar a relevância da participação por parte da população, para que essa realidade se concretize. Um dos grandes avanços na Constituição Federal foi à incorporação da participação popular nas decisões de interesse público, após anos de luta dos movimentos populares. Contudo o caminho neste sentido ainda é longo. O Capítulo IV do Estatuto da Cidade é dedicado à gestão democrática da cidade. O interesse da população em participar atinge todas as dimensões da política urbana, ou seja, vai desde a formulação do Plano Diretor até a sua implementação.

No que diz respeito aos espaços públicos, deve garantir que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços, aos equipamentos urbanos e a toda e qualquer melhoria realizada pelo poder público. Reitera-se que mesmo que em algumas das abordagens feitas aqui, indique-se a crescente segregação e o desuso dos espaços públicos, não podemos generalizar ou definir como uma total realidade dos dias de hoje. Os espaços públicos ainda são considerados como importantes locais de embelezamento na cidade, bem como, ambientes com grande fluxo e circulação, e mais importante, o uso e apropriação destes como fator intrínseco à cidadania.

ESPAÇO, LAZER E SOCIALIZAÇÃO

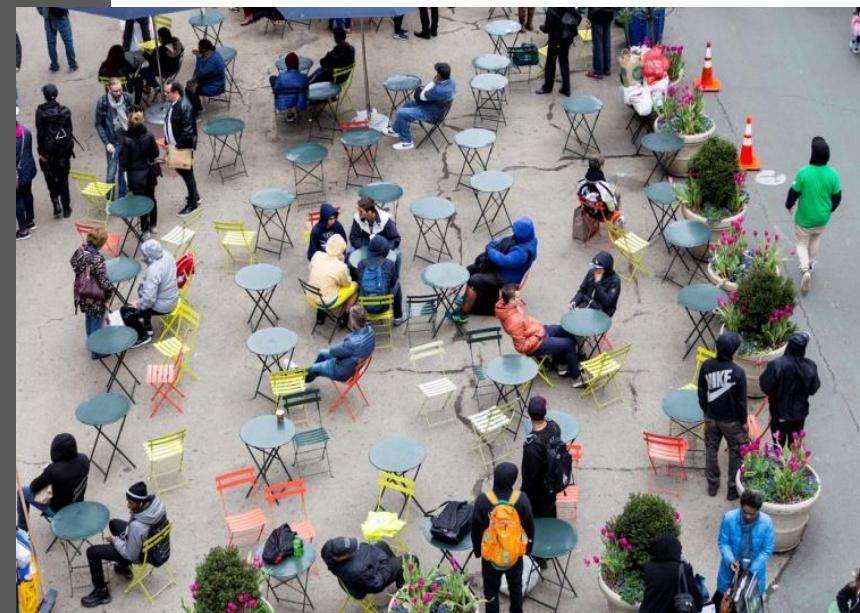
Diante dos conceitos e definições vistos até agora, é possível compreender que a formação e estruturação do espaço urbano esta diretamente ligada ao nosso modo de vida e também as atividades de trabalho e produção.

Para que possamos contextualizar a relação do lazer com os espaços públicos faremos algumas pontuações de antemão.

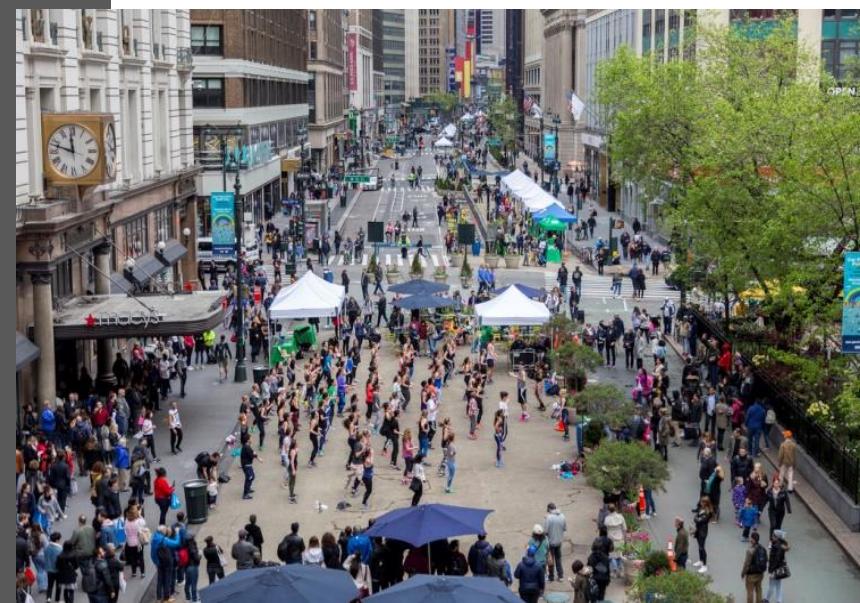
O que é Lazer?

Na definição de Leite (1995, p.14), Lazer é o conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para se divertir, entreter-se, ou ainda para desenvolver sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após liberar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. Ainda segundo o autor, estas áreas e ruas, com instalações e recursos apropriados, são, hoje, uma promissora preocupação das administrações dos centros urbanos, ao mesmo tempo em que é onde se concentra mais a população.

De maneira mais simplificada, podemos considerar funções do lazer: o descanso por si só, divertimento, recreação e entretenimento, e desenvolvimento. Este último por sua vez, considera-se o crescimento do indivíduo através de vivências por meio de fontes de informação tradicionais como a leitura de um jornal, ou alternativas, através da internet ou networking.



FONTE: THECITYFXBRASIL



FONTE: THECITYFXBRASIL



FONTE: THECITYFXBRASIL

Alguns dos fatores que impedem ou protelam atividades de lazer em espaços públicos são a falta de equipamentos recreativos ou culturais coletivos e falta de recursos /tempo.

O relatório Cultura em Números (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010) mostra a distribuição de equipamentos culturais no Brasil e seu acesso pela população. Através desta pesquisa percebe-se a deficiência de equipamentos/espacos culturais no país, e na falta de interesse e uso pela população.

A pesquisa “Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005” realizada pelo IBGE (2007) analisa a distribuição do tempo do brasileiro entre atividades profissionais, necessidades básicas, afazeres domésticos, estudo, lazer, entre outros.

Fica em evidencia que grande parte do tempo do brasileiro é direcionada ao trabalho, havendo uma média de 8,02 horas utilizadas para esta atividade. Passatempos e hobbies recebem apenas 2,17 horas diárias.

Segundo Jan Ghel (1936), as cidades, independente da sua localização ou grau de desenvolvimento, possuem pessoas que utilizam os espaços coletivos, no entanto, a função do espaço público foi reduzida ou progressivamente descartada, devido a áreas limitadas, violência, e a pouca oferta de atividades.

Ainda no pensamento de Ghel, as pessoas reúnem-se aonde as coisas acontecem e espontaneamente buscam pessoas.



FONTE: NOTÍCIAS DO BEM



FONTE: ARQ-DAILY

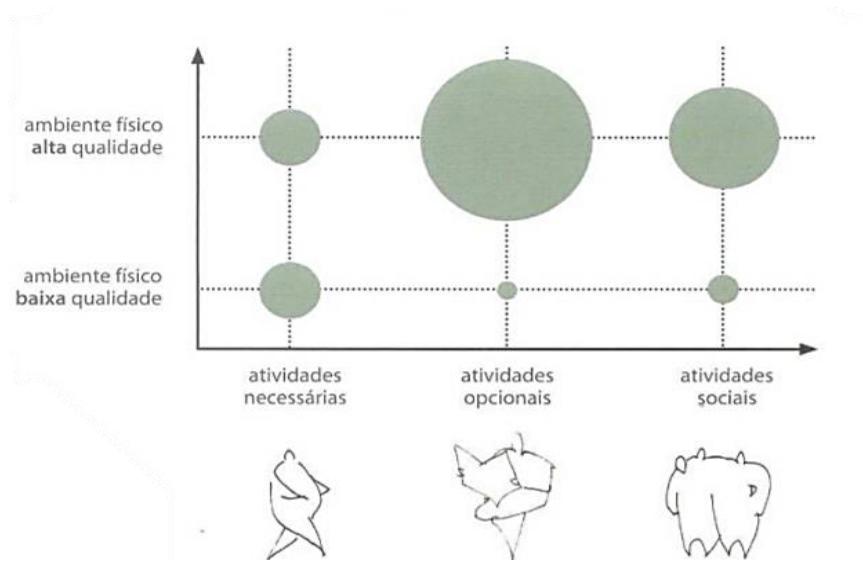


Gráfico retirado do Livro Cidade para Pessoas, Jan Ghel.

“Quando mais espaço é ofertado, mais vida tem a cidade”. (Gehl, 2011, p.12)

Analisando o gráfico anterior, percebemos que entre qualidade de ambientes externos e atividades ao ar livre o aumento na qualidade dos espaços ofertados estimula atividades opcionais e é portanto um convite ao aumento das atividades sociais.

PLACEMAKING

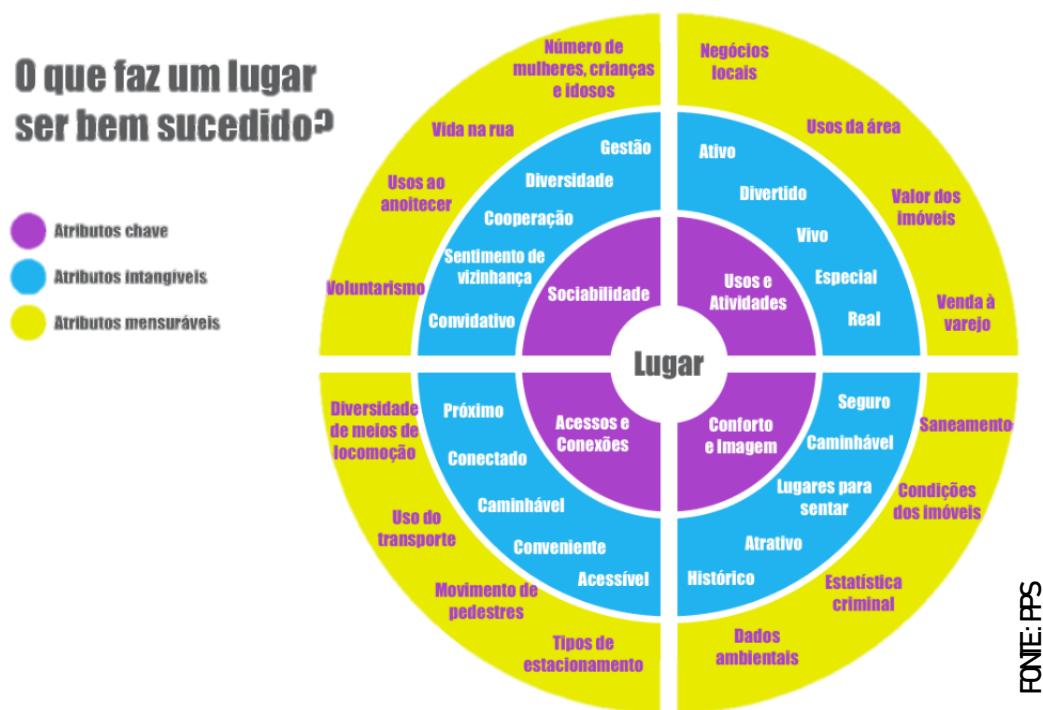
Com suas raízes na participação comunitária, abrange o planejamento, a gestão e a programação destes espaços. Mais do que apenas criar melhores desenhos urbanos, o Placemaking facilita a criação de atividades e conexões (culturais, econômicas, sociais, ambientais) que definem um espaço e dão suporte para a sua evolução..

O placemaking foi criado em 1960, quando visionários como Jane Jacobs, William H. Whyte e Jan Gehl surgiram com ideias inovadoras, onde o desenvolvimento das cidades deveria ser voltado para pessoas – e não para os carros. Depois de avaliar milhares de espaços públicos pelo mundo, a Project For Public Spaces descobriu que os espaços públicos bem sucedidos têm quatro qualidades fundamentais:

1. Acessível: Pessoas de todas as idades e condições físicas (inclusive aquelas que têm grande dificuldade para se locomover) conseguem chegar ao espaço e se locomover nele;

2. Ativo: Oferece diferentes atividades e formas de as pessoas usarem o espaço;
3. Confortável: O espaço tem lugares para sentar, uma vista agradável e outros atributos que o tornem mais convidativo;
4. Sociável: Um lugar onde as pessoas encontram amigos ou até conhecem novos amigos

Através do diagrama a seguir, analisamos através de ferramentas o que faz um espaço público.



De acordo com o guia do espaço público, criado por Paola Caiuby Santiago e Jeniffer Heemann em parceria com a PPS (Project for Public Spaces), a palavra Placemaking pode ser traduzida como "fazer lugares". Trata-se de espaços públicos que estimulam interações entre as pessoas em si e entre as pessoas e a cidade, promovendo comunidades mais saudáveis e felizes.

Ainda segundo o guia, deve-se levar em consideração condicionantes como, acessos e conexões, conforto e imagem, usos e atividades e não menos importante a sociabilidade.

A busca por cidades mais humanas, além de espaços em que as pessoas gostem de estar, é sem dúvida, o foco dos urbanistas nos últimos tempos. Ainda nesse segmento Edward Relph no clássico Place and Placelessness, ou os não-lugares, elenca três componentes de lugar: o espaço físico, as atividades que nele acontecem e o significado que ele adquire. Enfatiza que dos três, o mais difícil de ser entendido é o significado e, mesmo assim, ele é de vital importância.

Segundo a Placemaking Brasil em sua página eletrônica, em "Placemaking, urbanismo e o futuro dos espaços públicos", a principal diferença entre lugar e espaço social é que, desde que haja significado, o lugar existe sempre, com ou sem atividade social. Por outro lado, o espaço social só existe quando há interação social.

Lugar é normalmente fruto de intervenções significativas na escala de desenho e até planejamento urbano. Lugares precisam de conexões urbanas fortes e planejadas, precisam se tornar parte de cotidianos urbanos, precisam ter qualidades que as pessoas apreciem e então desenvolvam uma ligação especial com essas áreas, praças, cantos, sejam eles do tamanho que forem. É justamente nesse ponto em que placemaking torna-se ao mesmo tempo uma solução e um risco. Ativar espaços é muito importante, pois é fundamental que haja vida e vitalidade em espaços públicos. Mas da mesma maneira é importante que se perceba que, na grande maioria dos casos, a ativação de um espaço é necessária justamente porque o projeto urbano falhou.¹

¹ Disponível em: <http://www.placemaking.org.br/home/placemaking-urbanismo-e-o-futuro-dos-espacos-publicos/> acesso em 15/10/2018

CIDADE PARA PESSOAS

A rua sempre foi considerada o principal espaço público que uma cidade possui, tanto pela extensão que pode ter, quanto pela inúmeras atividades que pode oferecer.

Atualmente, o desafio diante as mudanças na conjuntura do tecido urbano, é retomar a rua como espaço dinâmico e não como mero meio de locomoção.

Ghel (2003) quanto ao planejamento de tráfego, já ressaltava a importância de ruas com tráfego integrado. As ruas compartilhadas surgem como alternativa e adotam algumas estratégias, para ressignificar o uso da rua e incentivando o convívio e novas oportunidades além de recuperar o uso ativo do espaço público. Elementos frequentemente utilizados no projeto de ruas compartilhadas:

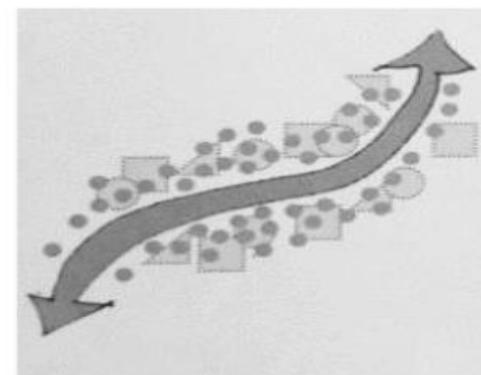
<i>Tratamento da superfície</i>	Padrões definidos e tratamentos diversos das superfícies são utilizados para gerar indicações visuais e hápticas aos usuários, identificando que o contexto urbano mudou. Geralmente utiliza-se uma mesma cor e textura para demarcar a área de um espaço compartilhado.
<i>Nível entre a calçada e a via</i>	Reduz-se a importância das calçadas para estimular os pedestres a circularem livremente através de toda a rua, no lugar de restringir sua mobilidade a caminhos isolados e diferenciados.
<i>Entradas e saídas</i>	É de grande importância que a transição ou entrada/saída desde uma rua ou espaço "comum" esteja claramente demarcado para alertar os condutores que estão entrando em um novo e diferente contexto urbano, caracterizado por condutas distintas.
<i>Balizas</i>	As balizas geralmente são instaladas nas frentes das casas para prevenir a intrusão veicular, tanto no trânsito como no estacionamento em espaços não permitidos.
<i>Iluminação de pedestres</i>	Para a escala de pedestres sugere-se uma iluminação tênue que promova condutas tranquilas e amenas. Em certas ocasiões propõe-se o uso de luz branca para melhorar a visibilidade das características próprias dos pisos distintos.
<i>Mobiliário urbano, praças e brincadeiras para crianças</i>	A instalação desses elementos promove o uso comunitário dos espaços compartilhados e favorece a graduação da apropriação e cuidado dos mesmos. Estas instalações também ajudam a interromper as viagens lineares, reforçando o compromisso dos condutores ao novo contexto.
<i>Arborização urbana e jardins comunitários</i>	A arborização das ruas ou espaços compartilhados geram os mesmos benefícios que a instalação de mobiliário urbano, além de favorecer a integração da paisagem urbana com a rua e gerar benefícios em termos ambientais.
<i>Estacionamento</i>	A oferta de espaços para estacionamento geralmente é delimitada e os mesmos costumam estar claramente conformados por diferentes padrões que indiquem o uso do espaço.
<i>Arte pública</i>	A arte é um elemento opcional mas que pode ser uma forte distinção para os espaços compartilhados. Os artistas locais costumam contribuir a desenhar os signos, portais e superfícies.

FONTE: ARCHDAILY

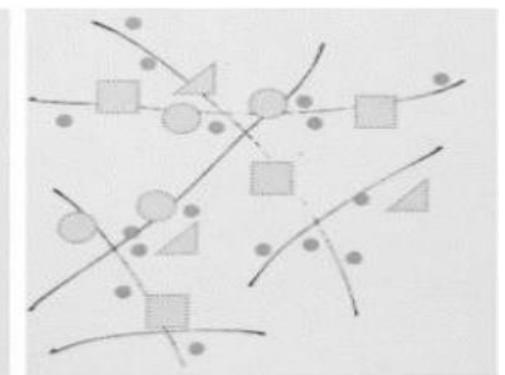
No seu livro, "Cidade para Pessoas", Ghel, traz ainda algumas considerações sobre a relevância do desenho urbano e do urbanismo

na função de construir cidades pensando na escala humana e nas relações sociais. Segundo ele cinco princípios são fundamentais para tal:

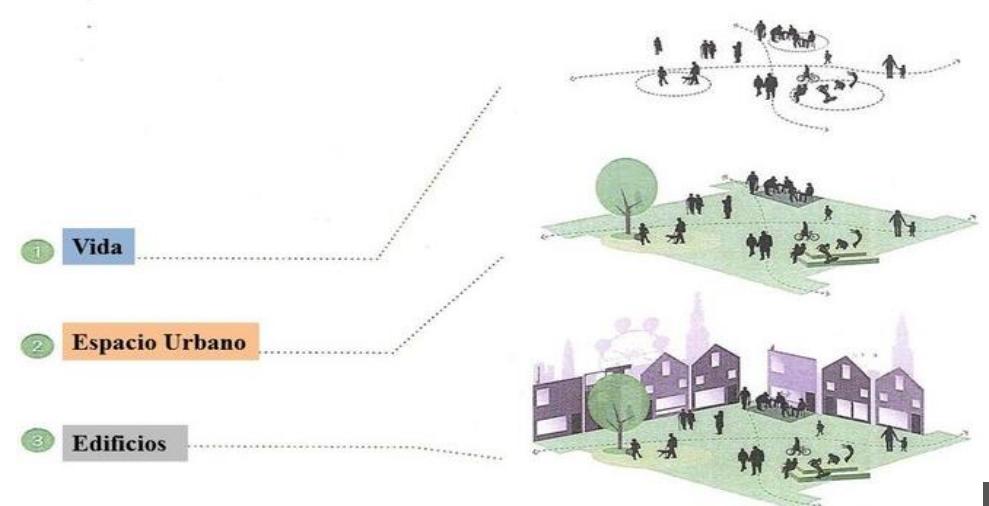
- Distribuir cuidadosamente, as funções da cidade para garantir menores distancias entre elas, além de uma massa crítica de pessoas e eventos
- Integrar várias funções nas cidades para garantir versatilidade, riqueza de experiências, sustentabilidade social e uma sensação de segurança nos diversos bairros
- Projetar o espaço urbano de forma a torna-lo convidativo tanto para o pedestre quanto para o ciclista
- Abrir o espaço de transição entre a cidade e os edifícios para que a vida nos espaços urbanos funcione em conjunto
- "Reforçar o convite para permanências mais longas no espaço público, porque algumas pessoas por muito tempo em um local proporcionam a mesma sensação de vitalidade do que muitas pessoas por pouco tempo"



INTEGRAR



SEGREGAR



FONTE: GHEL. CIDADE PARA AS PESSOAS 2013.

FONTE: GHEL. ARCHITECTS-URBAN QUALITY CONSULTANTS.

CAP. 3

REFERENCIAL PRAGMÁTICO

HIGHLINEPARK | NOVA IORQUE



FONTE: CONCURSO DE PROJETO

O High Line, é sem dúvida, um dos melhores exemplos de transformação urbana. Inaugurado em 2008, tornou-se um dos espaços públicos mais visitados tanto por turistas quanto pelos moradores de Nova Iorque

A ideia de intervenção era revitalizar a área da antiga ferrovia. O parque com extensão de 2,5km foi construído sobre uma linha de trem reservada ao transporte de cargas e elevada a aproximadamente 9 metros de altura, a fim de separar o tráfego de automóveis e pedestres.

A ideia era **revitalizar** toda a área de antiga ferrovia e seu entorno imediato, transformando as áreas abandonadas em áreas verdes e as edificações em espaços de arte como estúdios, galerias, museus etc..

pois dessa forma não só ajudaria no desenvolvimento da região, mais também melhoraria a qualidade de vida da população local.

*O High Line é um exemplo de revitalização urbana, porém neste trabalho o mesmo foi adotado por ser referencia no desenho urbano e em espaços públicos integrativos.

O High Line corta três bairros da cidade: Meatpacking, West Chelsea e Hell's Kitchen/Clinton, os quais eram ocupados por indústrias e empresas de transporte. Com a intervenção, os mesmos ganharam novo status e voltaram a "fazer" parte da cidade graças a valorização da área do parque.

O parque tornou-se referencia em desenho urbano, e por repensar o espaço público de forma a beneficiar a população não só por disponibilizar locais de múltiplos usos, mais também criar uma nova paisagem para cidade pensando em uma área verde.



FONTE: THE HIGHLINE



FONTE: MOMENTO CONNIVA

PLANO PARA ÁREA CENTRAL DE CARLOS BARBOSA | RS

O projeto tem por objetivo atender as demandas do município, em uma expansão de funções públicas da área central na forma de espaços abertos e uma edificação.

Configura-se edificação de apoio às atividades públicas, pista de skate, terminal para ônibus intermunicipais, local para Feira do Produtor, Memorial das Etnias, e alteração no acesso ao Centro, além de reconfigurar vias, retornos e faixas de estacionamento.

O projeto visa ainda reconhecer as festas e atividades culturais realizadas no município.

Busca-se a continuidade e conexão com centro, interpretando a estrutura do Parque da Estação para definir o layout do novo espaço urbano, na transição das áreas de lazer, implantação de pista de skate, praça com playground, área de contemplação e edifício público para abrigar funções de apoio e o memorial das etnias.

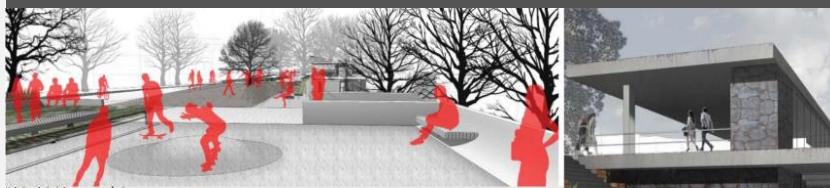
*Texto retirado da página do desenvolvedor do projeto



FONTE: 3C ARQUITETURA URBANISMO



FONTE: 3C ARQUITETURA URBANISMO



FONTE: 3C ARQUITETURA URBANISMO



FONTE: 3C ARQUITETURA URBANISMO

PRIMEIRO LUGAR NO CONCURSO PARA A REQUALIFICAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOSÉ | SC

A intervenção tem como principal objetivo a recentralização através da requalificação do principal eixo viário de São José, situado entre duas importantes Igrejas Históricas e da zona Central da cidade onde ficam os principais espaços públicos e edificações históricas da cidade.

Foram propostas “camadas” de intervenção: edifícios históricos, igrejas, praças, orla marítima, circulação de veículos, circulação de bicicletas, conexões viárias, equipamentos públicos, equipamentos culturais, iluminação, vegetação e áreas verdes, que possibilitam uma nova dinâmica de usos e possibilidades nestes espaços.

A proposta considerou ainda a diminuição no fluxo de veículos nessa área, propondo novas conexões; e a ainda, maior utilização da BR-101 pelos moradores locais.

Além da valorização do patrimônio histórico, uma nova identidade seria criada através de espaços públicos reformulados, pensando na pavimentação, mobiliário e paisagismo. No que diz respeito as vias, a circulação do pedestre é assegurada pelo traçado e por vias compartilhadas, incentivando o percurso da área e a permanecer os nos espaços propostos.



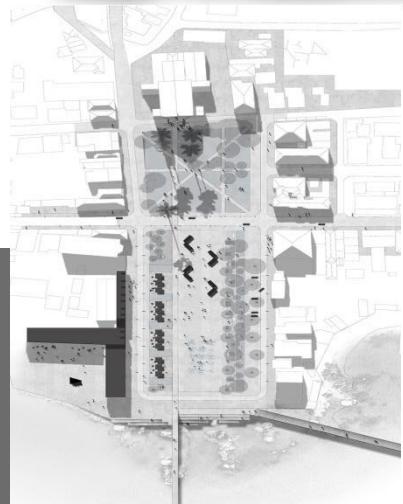
FONTE: ARQ-DAILY



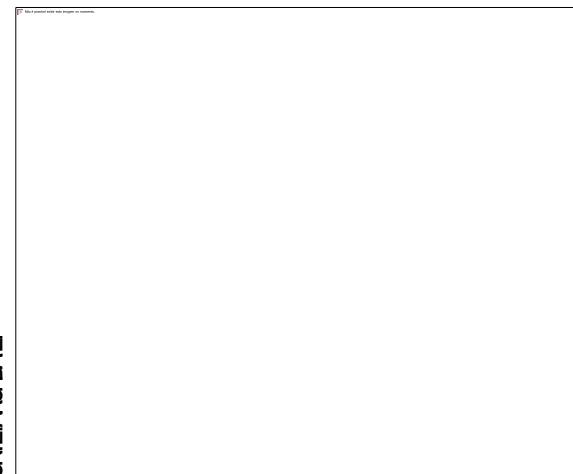
FONTE: ARQ-DAILY



FONTE: ARQ-DAILY



FONTE: ARQ-DAILY



FONTE: ARQ-DAILY



FONTE: ARQ-DAILY



CAP. 4

FOTO: BTOPLUG

DIAGNÓSTICO

DOMUNÍCIO DE CERRONEGRO



LOCALIZAÇÃO



CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO

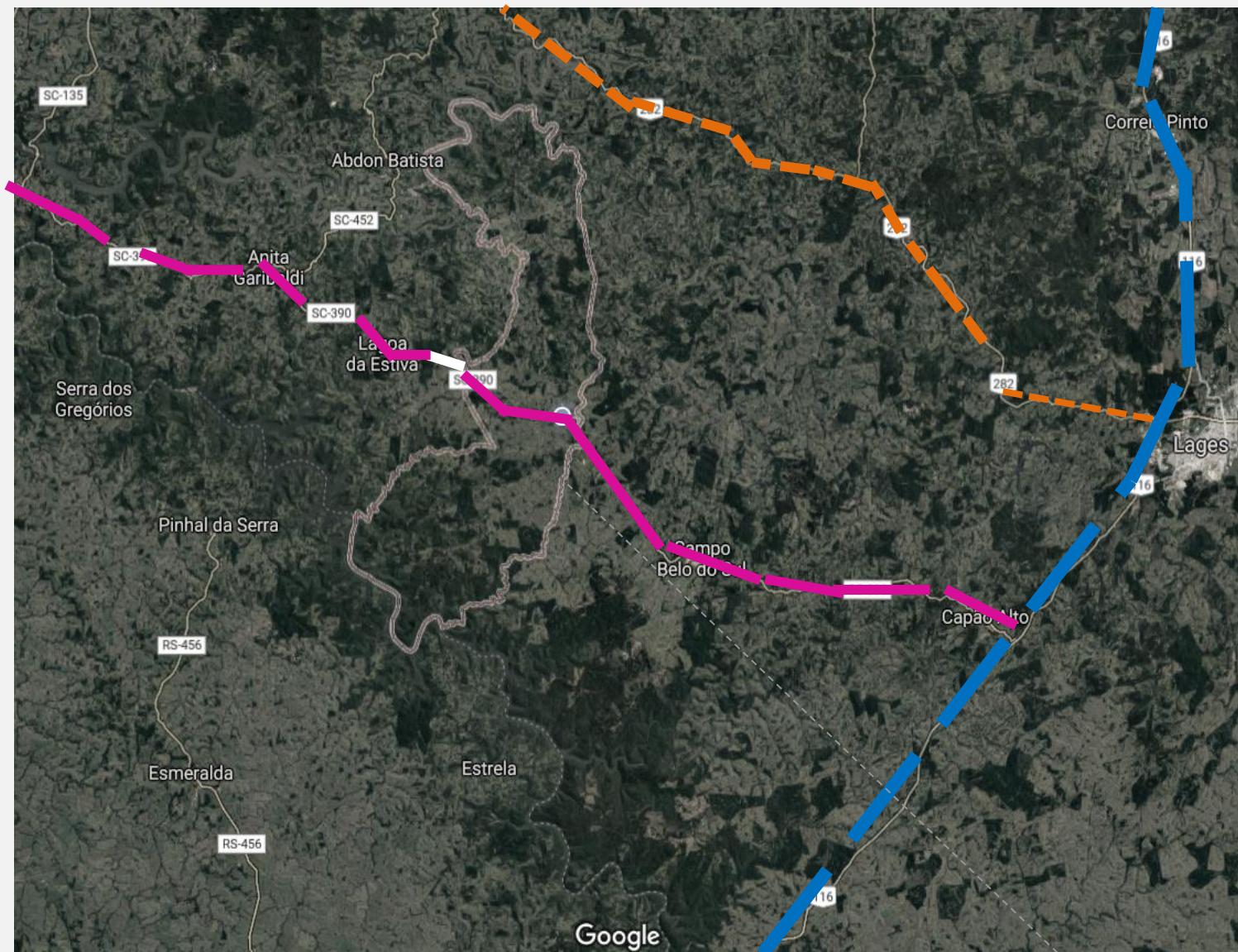
DADOS GEOGRÁFICOS

ÁREA (km ²)	416,774 KM ²
ALTITUDE (m)	996 M
LATITUDE SUL	27°47'43"
LONGITUDE OESTE	50°52'33"
CLIMA	MESOTÉRMICO ÚMIDO

CATEGORIA REGIONAL

UNIDADE FEDERATIVA	SC
MESORREGIÃO	SERRANA
MICRORREGIÃO	CAMPOS DE LAGES
REGIÃO DE INFLUÊNCIA	CENTRO LOCAL

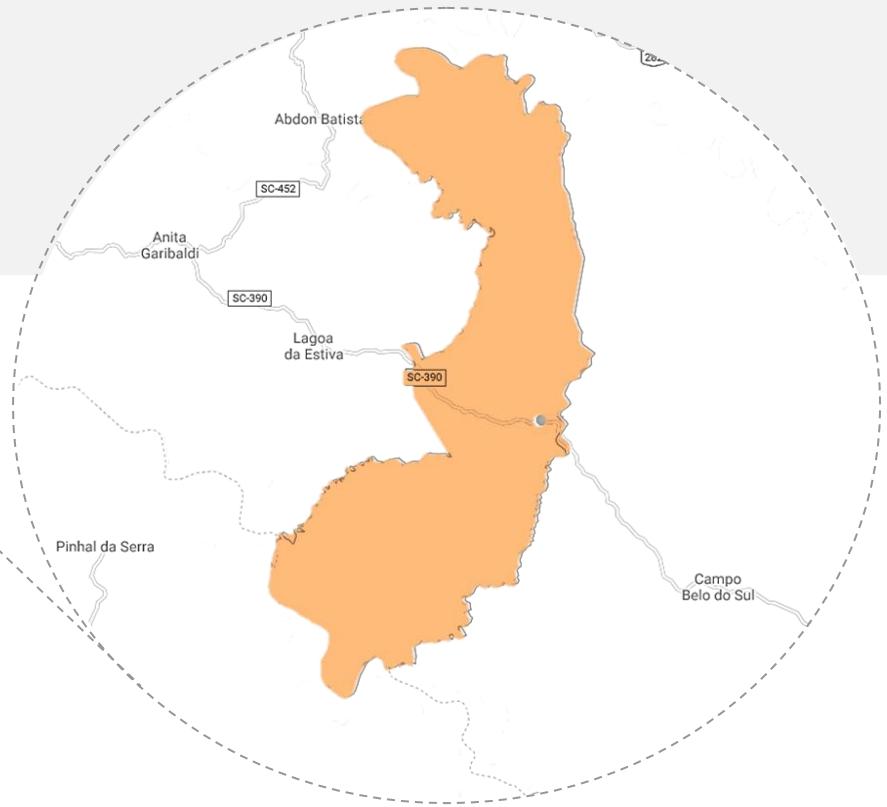
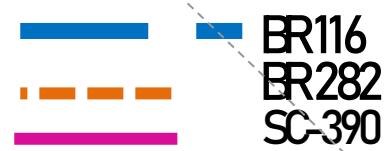
ACESSOS



DISTÂNCIAS DE CERRO NEGRO A:

LAGES	76KM
FLORIANÓPOLIS	253KM
PORTO ALEGRE	327KM
CURITIBA	384KM
SÃO PAULO	788KM
BRASÍLIA	1.759KM

FONTE: COGEEARTH



LIMITES

MUNICÍPIOS LIMÍTROFES

Vacaria (RS), Abdon Batista, Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul e São José do Cerrito.

ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA



Primeiras estradas desbravadas pelos imigrantes italianos

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL



Antiga sede da Prefeitura

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL

O município foi colonizado a partir de 1880, quando os primeiros imigrantes italianos fundaram a localidade de Freguesia São Francisco do Cerro Negro. Dois montes iguais, cercados por uma grande floresta de mata nativa e pinheiros araucárias, que projetavam uma sombra escura sobre os montes deram origem ao nome. O distrito de Cerro Negro foi criado em 06 de julho de 1916 e instalado em 16 de janeiro de 1919. Em 26 de setembro de 1991 obteve sua emancipação política, sendo desmembrado de Campo Belo do Sul, de onde era distrito.

INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Aniversário: 26 de Setembro
Santo Padroeiro: São F. de Paula
Gentílico: Cerronegrense
Prefeito: Ademilson Conrado

DEMOGRAFIA

POPULAÇÃO (HAB) 2018	3.181 HAB
DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/KM²)	8.51 HAB/KM²

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de -3,48%. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 6,07% para 16,94%.

Entre 2000 e 2010, a população de Cerro Negro cresceu a uma taxa média anual de +1,34%. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 16,94% para 21,33%. Em 2010 viviam, no município, 3.581 pessoas.

População Total, por Gênero, Rural/Urba

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	5.634	100,00	4.098	100,00	3.581	100,00
População residente masculina	2.908	51,62	2.154	52,56	1.873	52,30
População residente feminina	2.726	48,38	1.944	47,44	1.708	47,70
População urbana	342	6,07	694	16,94	764	21,33
População rural	5.292	93,93	3.404	83,06	2.817	78,67

FONTE: PNLD, Ipea e FJP, Atlas de Desenvolvimento no Brasil

TERRITÓRIO URBANO



FONTE: GOOGLE EARTH

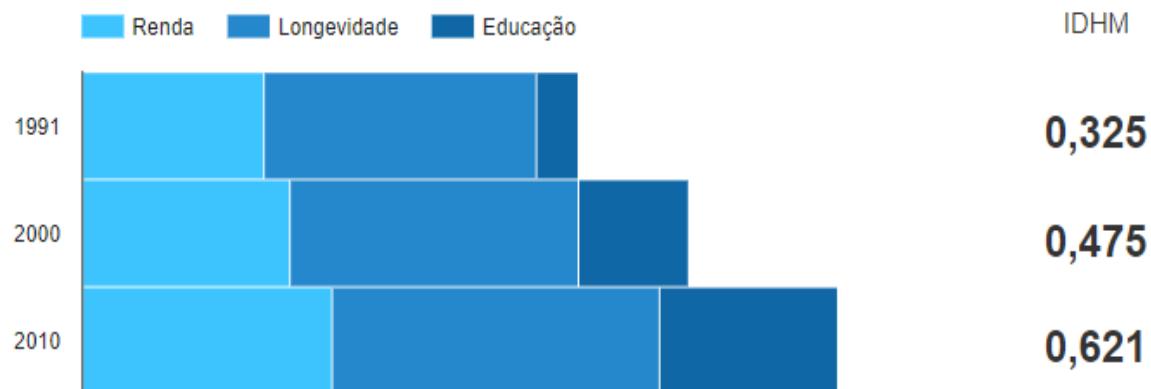


FONTE: PORTAL DA SERRA CATARINENSE



FONTE: PORTAL FÉRIAS

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Cerro Negro em 2010 foi de 0,621, o que o deixa na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,829, seguida de Renda, com índice de 0,634, e de Educação, com índice de 0,455.

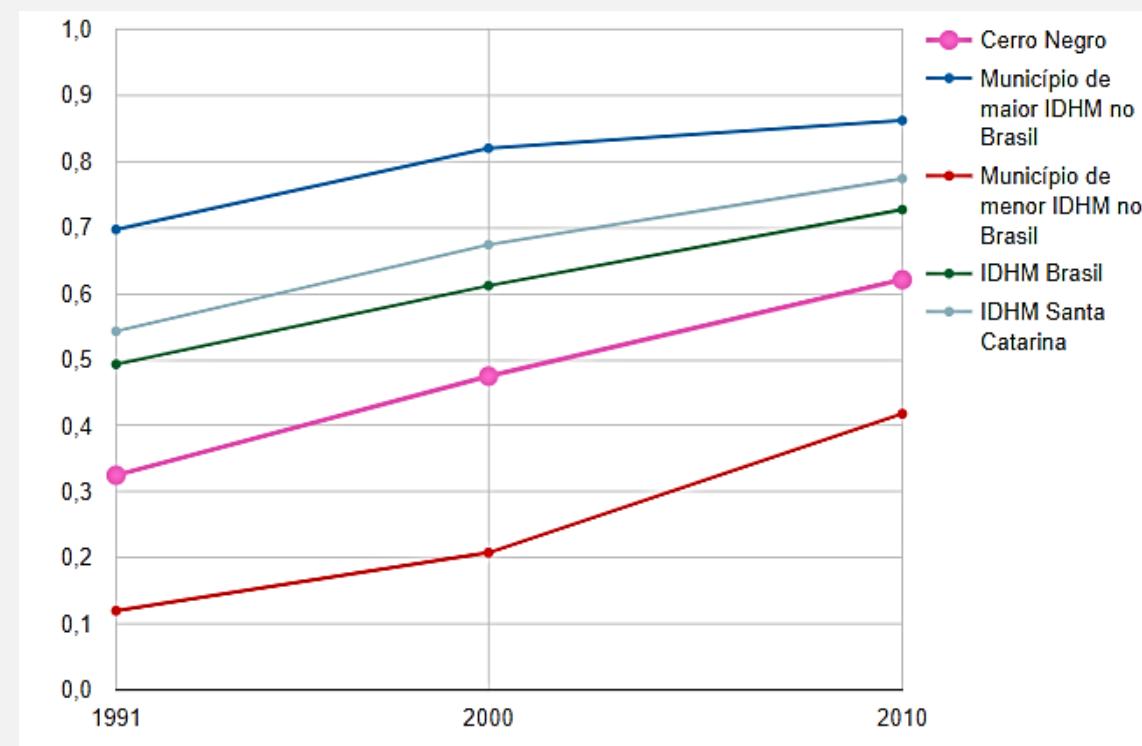


FONTE: PNUD, Ipea e FJP, Atlas de Desenvolvimento no Brasil

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,108	0,278	0,455
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	6,57	14,98	26,35
% de 5 a 6 anos na escola	26,91	60,96	66,97
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	14,27	40,77	94,67
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	7,33	34,50	47,95
% de 18 a 20 anos com médio completo	6,57	14,92	29,23
IDHM Longevidade	0,690	0,732	0,829
Esperança de vida ao nascer	66,37	68,89	74,75
IDHM Renda	0,461	0,528	0,634
Renda per capita	140,66	213,16	414,60

FONTE: PNUD, Ipea e FJP, Atlas de Desenvolvimento no Brasil

Evolução



FONTE: PNUD, Ipea e FJP, Atlas de Desenvolvimento no Brasil

Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,475 em 2000 para 0,621 em 2010 - uma taxa de crescimento de 30,74%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 72,19% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,177), seguida por Renda e por Longevidade.

Entre 1991 e 2000

O IDHM passou de 0,325 em 1991 para 0,475 em 2000 - uma taxa de crescimento de 46,15%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 77,78% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,170), seguida por Renda e por Longevidade.

Entre 1991 e 2010

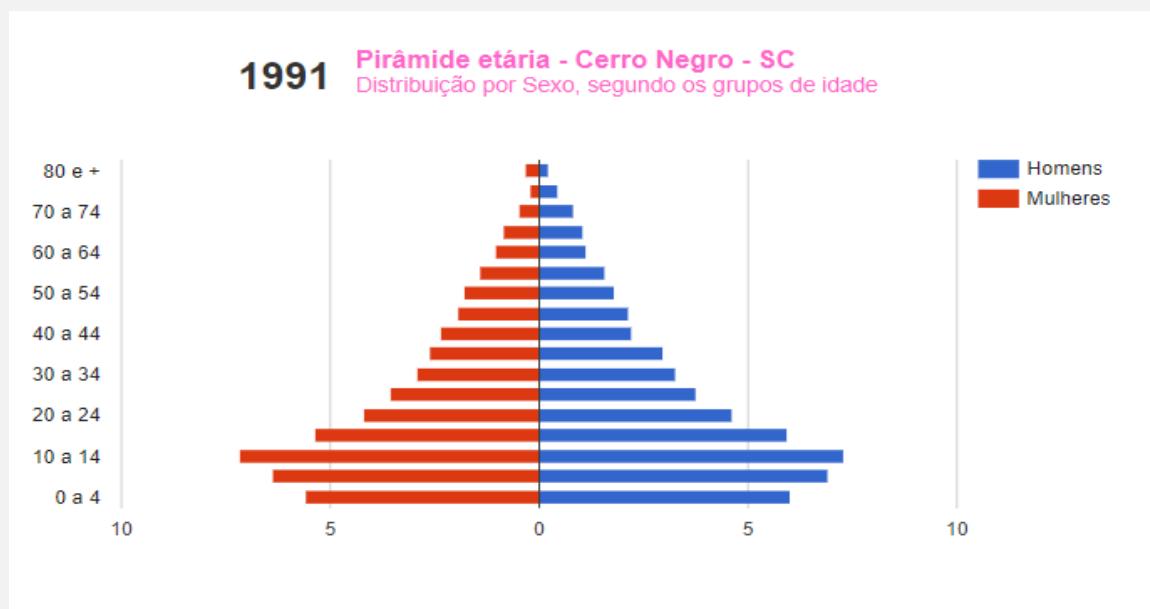
De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,325, em 1991, para 0,621, em 2010. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,347), seguida por Renda e por Longevidade.

ESTRUTURA ETÁRIA

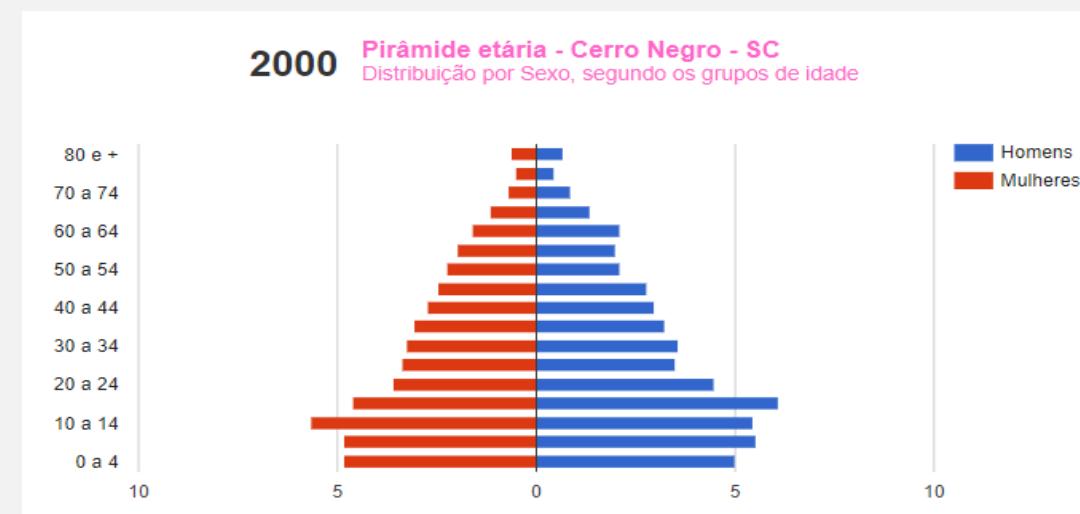
Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 60,71% para 52,45% e a taxa de envelhecimento, de 6,05% para 9,72%. Em 1991, esses dois indicadores eram respectivamente, 76,46% e 4,41%.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	2.193	38,92	1.300	31,72	884	24,69
15 a 64 anos	3.192	56,66	2.550	62,23	2.349	65,60
População de 65 anos ou mais	249	4,42	248	6,05	348	9,72
Razão de dependência	76,46	-	60,71	-	52,45	-
Taxa de envelhecimento	4,41	-	6,05	-	9,72	-

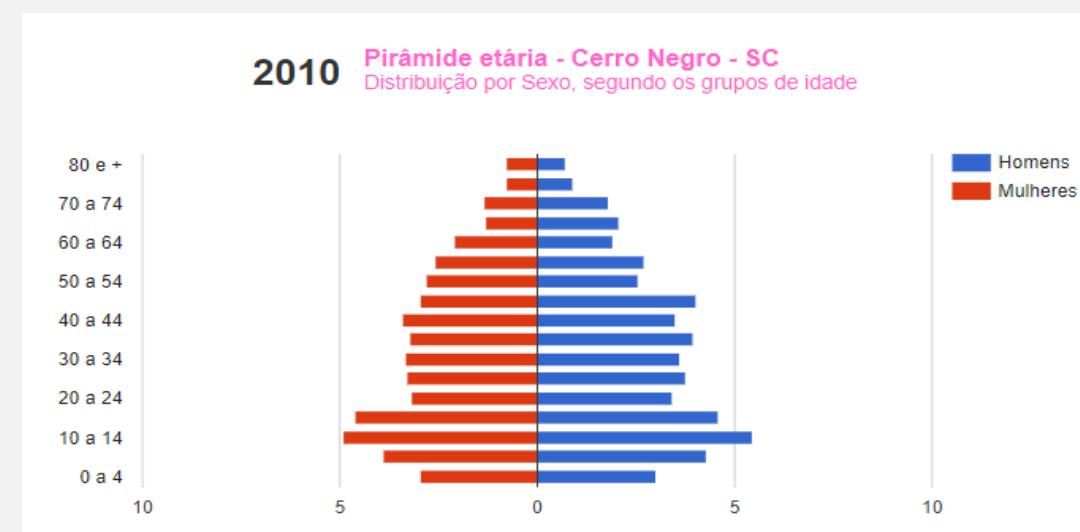
FONTE: PNLD, Ipea e FJP, Atlas de Desenvolvimento no Brasil



FONTE: PNLD, Ipea e FJP, Atlas de Desenvolvimento no Brasil



FONTE: PNLD, Ipea e FJP, Atlas de Desenvolvimento no Brasil



FONTE: PNLD, Ipea e FJP, Atlas de Desenvolvimento no Brasil

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	66,4	68,9	74,8
Mortalidade infantil	36,1	31,0	13,9
Mortalidade até 5 anos de idade	41,6	35,7	16,3
Taxa de fecundidade total	3,2	2,7	2,1

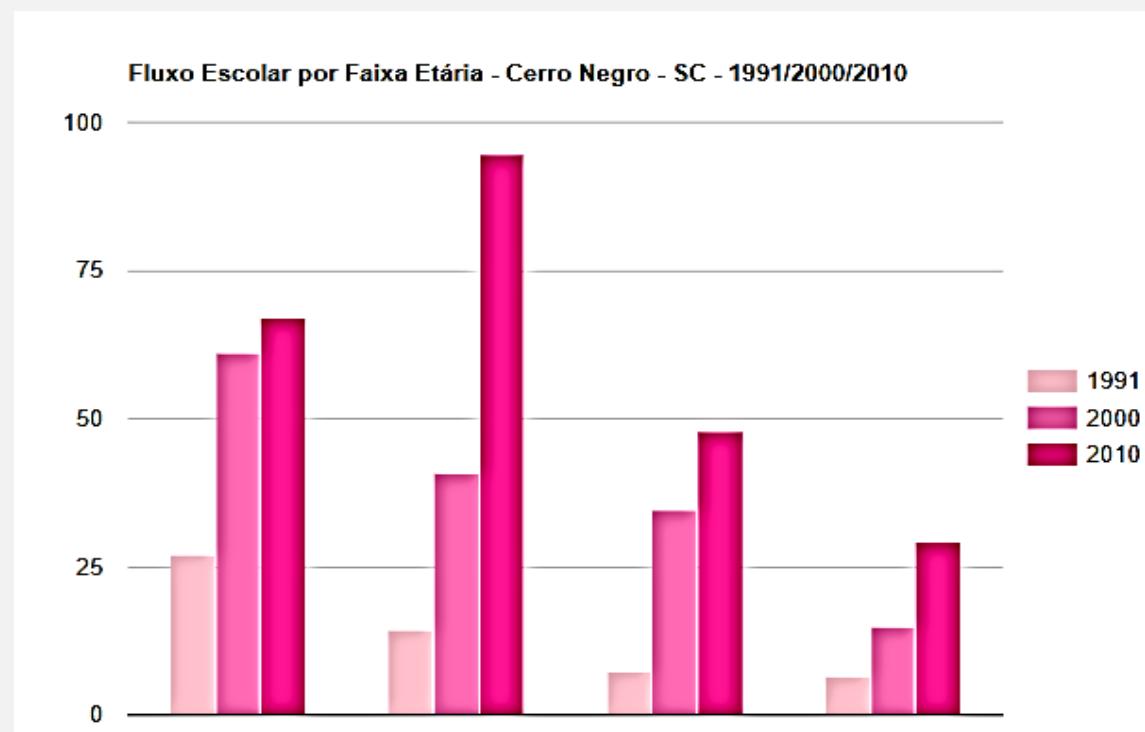
FONTE: PNLD, Ipea e FJP, Atlas de Desenvolvimento no Brasil

VULNERABILIDADE SOCIAL

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 5,9 anos na última década, passando de 68,9 anos, em 2000, para 74,8 anos, em 2010. Em 1991, era de 66,4 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

EDUCAÇÃO

No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 66,97%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 94,67%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 47,95%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 29,23%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 40,06 pontos percentuais, 80,40 pontos percentuais, 40,62 pontos percentuais e 22,66 pontos percentuais.



FONTE: PNLD, Ipea e FJP, Atlas de Desenvolvimento no Brasil

	1991	2000	2010
Crianças e Jovens			
Mortalidade infantil	36,08	31,00	13,90
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	85,33	65,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	36,25	9,66	3,68
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	28,08	14,69
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	4,08	3,06	1,29
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	19,66	24,46
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	6,29	11,20	18,49
% de vulneráveis e dependentes de idosos	7,24	7,96	1,79
% de crianças extremamente pobres	53,33	31,97	19,43
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	90,95	72,52	47,84
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	78,76	65,77
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	17,68	27,21	76,14

FONTE: PNLD, Ipea e FJP, Atlas de Desenvolvimento no Brasil

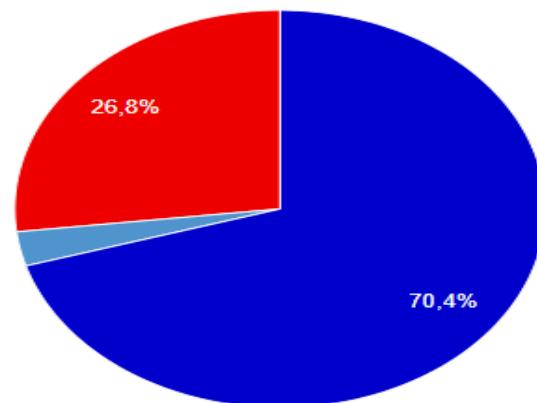
TRABALHO

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais passou de 50,49% em 2000 para 70,37% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 4,63% em 2000 para 2,79% em 2010.

HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010

- População economicamente ativa ocupada
- População economicamente ativa desocupada
- População economicamente inativa



FONTE: PNLD, Ipea e FJP, Atlas de Desenvolvimento no Brasil

	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	49,98	70,01	82,64
% da população em domicílios com energia elétrica	35,70	68,17	100,00
% da população em domicílios com coleta de lixo	27,72	80,21	97,82

FONTE: PNLD, Ipea e FJP, Atlas de Desenvolvimento no Brasil

ECONOMIA

PIB		PRODUÇÃO	
PIB	67,3 Milhões	Arroz	10 T
PIB per capita	20.000,55	Batata Inglesa	60 T
REBANHOS		Erva Mate	72 T
BOVINOS	17.360	Feijão	3 MIL T
EQUINOS	402	Fumo	135 T
SUÍNOS	1.684	Mel de Abelha	15 T
OVINOS	1.200	Soja	7,5 MIL T
		Trigo	540 T

TERRITÓRIO E AMBIENTE

ARBORIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	30,9%
URBANIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	22,9%
ESGOTAMENTO SANITÁRIO ADEQUADO	27,2%

DENSIDADE DEMOGRÁFICA



OCUPAÇÃO BAIXA
Menos de 50 Unidades Habitacionais

OCUPAÇÃO MÉDIA
Entre 50 e 100 Unidades Habitacionais

OCUPAÇÃO ALTA
Mais de 200 Unidades Habitacionais

SISTEMA VIÁRIO



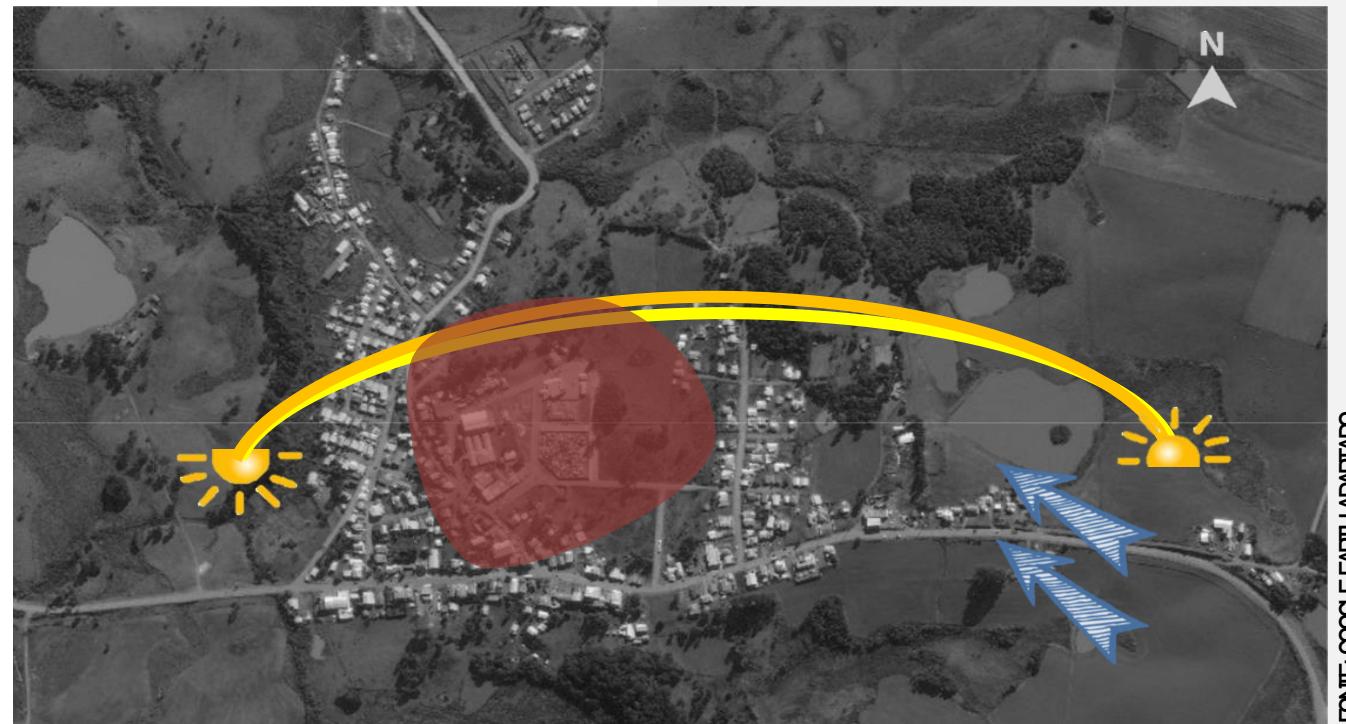
FONTE: GOOGLE EARTH ADAPTADO

- AVENIDA PRINCIPAL | SC 390
- VIAS COLETORAS
- VIAS LOCAIS

Por se tratar de um município de pequeno porte, o sistema viário é simples a maioria dos trajetos são curtos e podem ser feitos a pé. O deslocamento para os municípios mais próximos como Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Capão Alto e Lages, (município referencia da região) é feito através de uma linha intermunicipal que atende todos esses municípios, com linhas disponibilizadas em diferentes horários no dia, e que atende a demanda existente.

A SC 390 que corta a cidade é também, a principal avenida que distribui o fluxo para as coletoras que assim o fazem para as vias locais nos bairros.

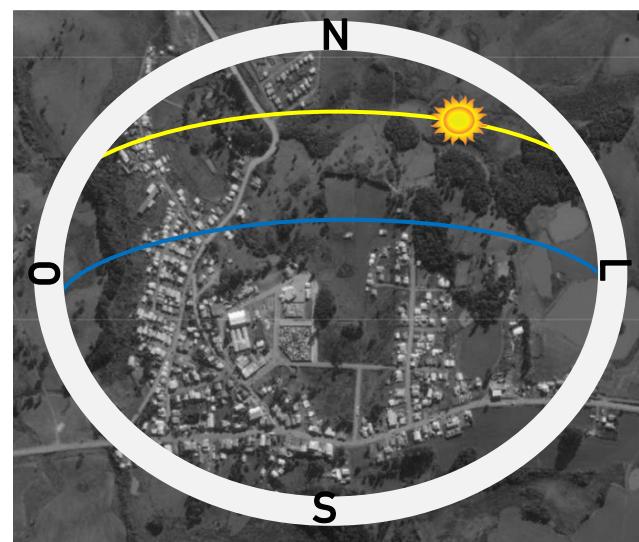
INSOLAÇÃO



FONTE: GOOGLE EARTH ADAPTADO

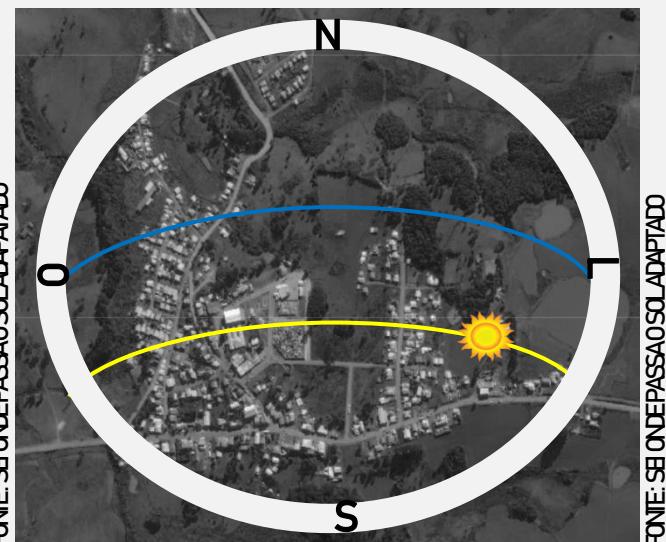
- ← VENTO PREDOMINANTE
- ÁREA DE INTERVENÇÃO

01 DE JANEIRO

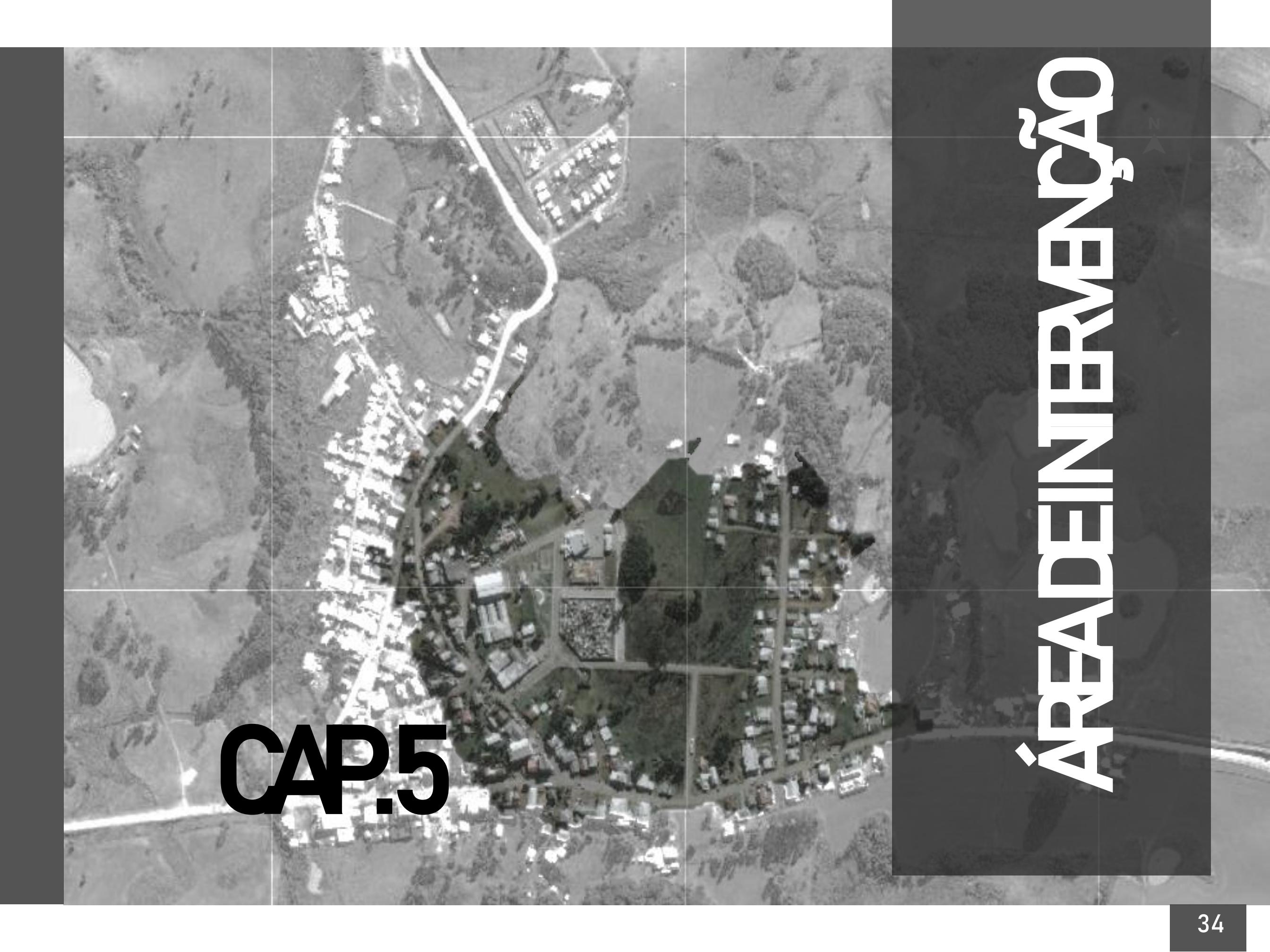


FONTE: SEI ONDE PASSA O SOL ADAPTADO

01 DE JULHO



FONTE: SEI ONDE PASSA O SOL ADAPTADO

An aerial photograph of a residential area. A winding road runs through the center, flanked by houses and green spaces. A large, dark green field is visible in the lower right quadrant. The overall scene is a mix of built-up areas and natural landscape.

CAP.5

ÁREA DE INTERVENÇÃO

EVOLUÇÃO URBANA



FONTE: GOOGLE EARTHS

2016

Como já comentado anteriormente, a área proposta para a intervenção, localiza na área central do município e foi se desenvolvendo conforme o crescimento e a necessidade de implantar equipamentos e entidades administrativas.

Conforme a evolução urbana, percebemos que já haviam equipamentos como o colégio estadual o ginásio de esportes, cemitério, a igreja matriz e anteriormente o local também era sede da prefeitura municipal.

Anos depois com o projeto da praça Zélia Gobetti (2008) o local ganha novos usos e áreas de lazer, além de ruas projetadas e pavimentação das principais vias que conecta essa área com o resto da cidade.

Atualmente, a área é de extrema importância para a cidade. Apesar das áreas subutilizadas e da deterioração da praça, o local é ponto de encontro para diversos eventos e festas municipais. Enquanto espaço requalificado, pode valorizar a cidade e beneficiar em diversos aspectos a vida da população.



FONTE: GOOGLE EARTHS

2008



FONTE: PRÓPIA



FONTE: GOOGLE EARTHS

2003

A área de intervenção já possui diversos tipos de usos e equipamentos de caráter administrativo, educacional e esportivo, saúde e outros, no núcleo central. No entorno uma vasta área verde que compreende tanto vegetação rasteira quanto nativa como pinheiros araucárias e outras de pequeno porte. Boa parte da área de intervenção tem topografia sem grandes desníveis sendo plano em quase todo o trecho.

USO DO SOLO



O uso do solo no entorno da área de intervenção, é predominantemente residencial, todavia conta equipamentos comunitários e órgãos públicos como a câmara de vereadores além de religioso, como a igreja matriz.

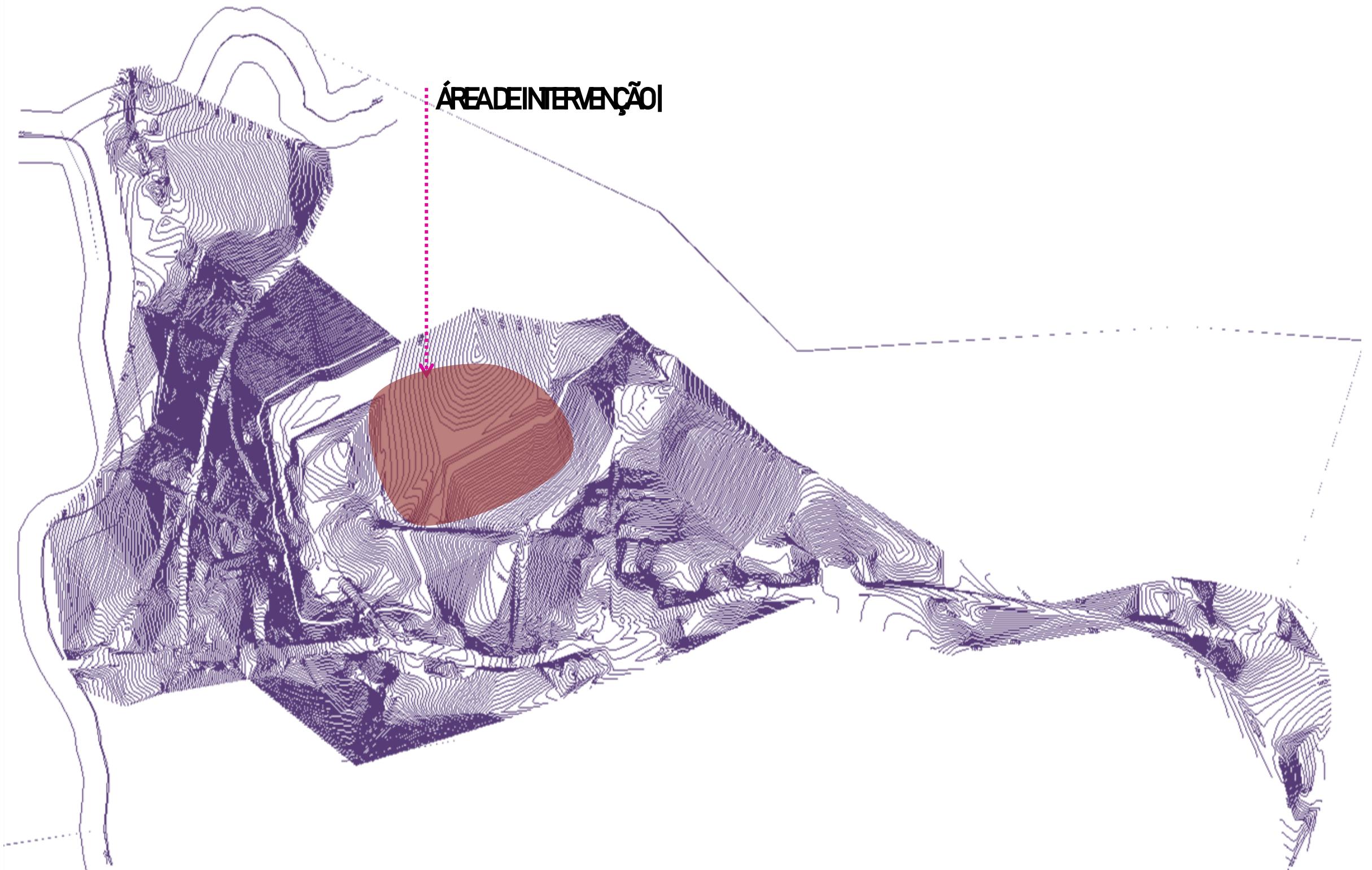
No que diz respeito aos gabaritos, em sua maioria, a cidade é composta por edificações de apenas 1 pavimento, o que faz com que a mesma seja predominantemente horizontal, como vemos no mapa a seguir.

GABARITO



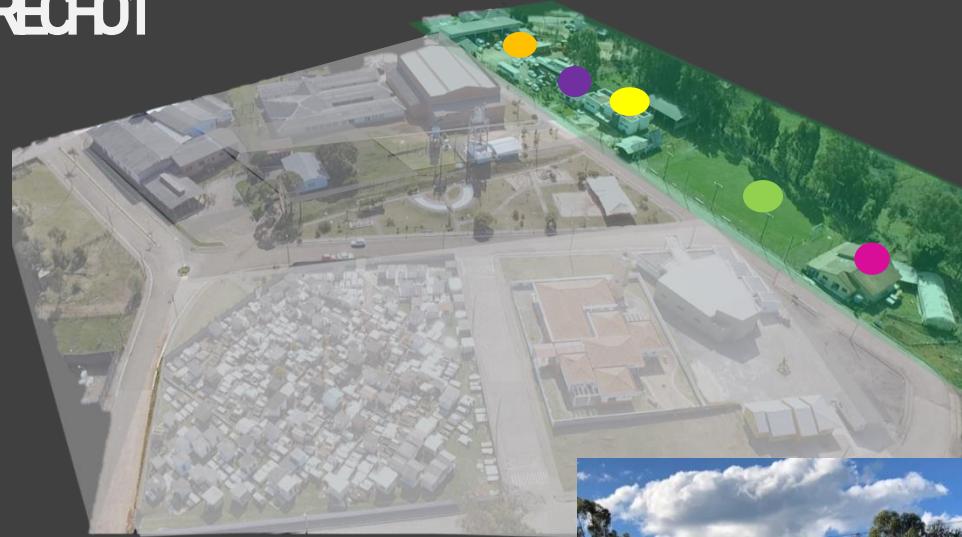
CHEIOSEVAZIOS





IDENTIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DENTRO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

TRECHO 01



FONTE: PRÓPIA

● GARAGEM MUNICIPAL



FONTE: PRÓPIA

● SECRETARIA DA AGRICULTURA



FONTE: PRÓPIA

● CASA FAMILIAR



FONTE: PRÓPIA

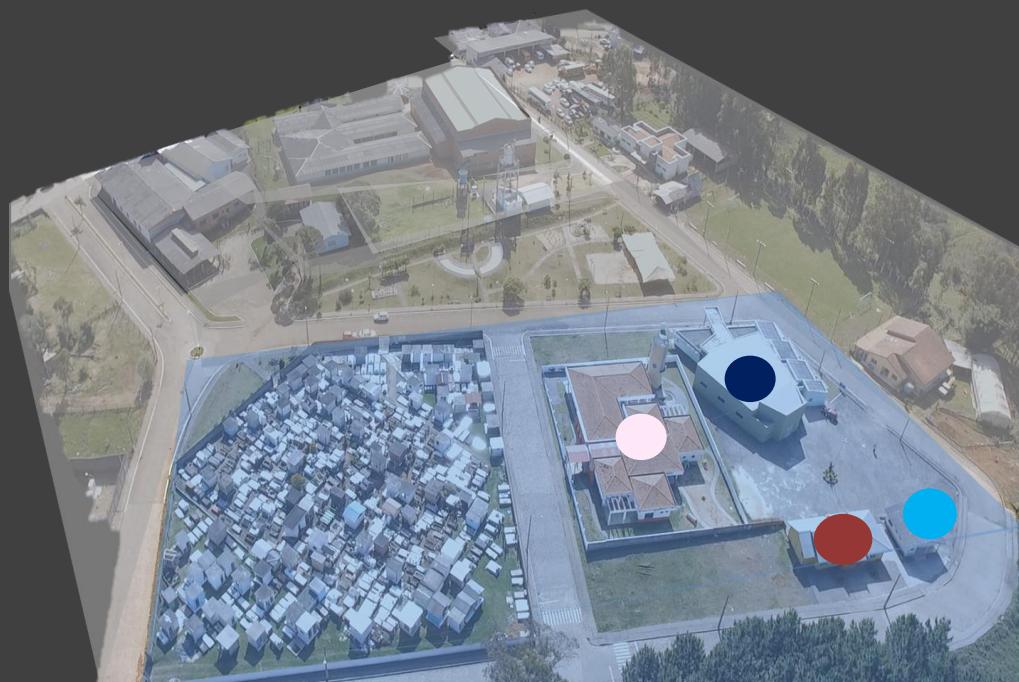
● CAMPO DE FUTEBOL



FONTE: PRÓPIA

● UNIDADE DE SAÚDE

TRECHO 02



FONTE: PRÓPIA

● CENTRO DE EVENTOS E BIBLIOTECA MUN



FONTE: PRÓPIA

● CRAS



FONTE: PRÓPIA

● CRECHE TREM DA ALEGRIA

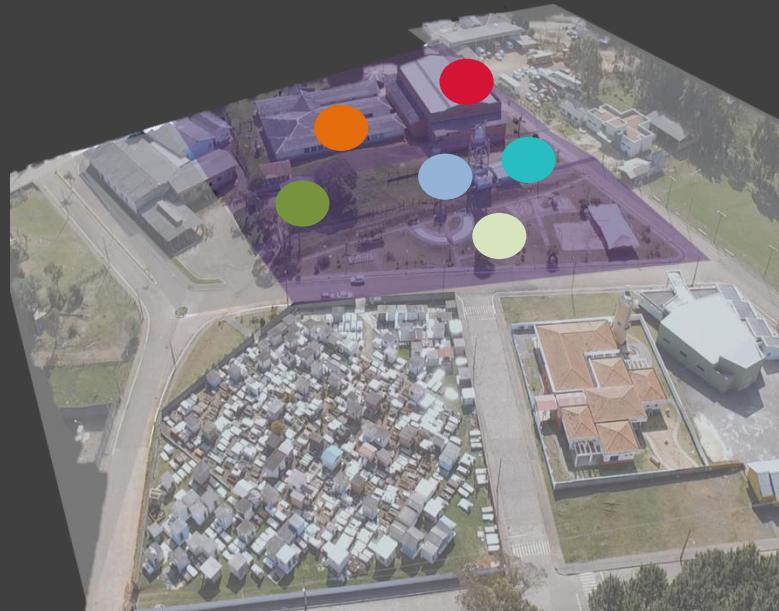


FONTE: PRÓPIA

● CAPELA MORTUÁRIA

IDENTIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DENTRO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

TRECHO 3



CASAN

FONTE: PRÓPIA



RÁDIO COMUNITÁRIA

FONTE: PRÓPIA



CÂMARA DE VEREADORES

FONTE: PRÓPIA



COLÉGIO ESTADUAL EEB OTÍLIA ULYSSEA

FONTE: PRÓPIA



GINÁSIO DE ESPORTES

FONTE: PRÓPIA



PRAÇA ZÉLIA GOBETTI

FONTE: PRÓPIA

TRECHO 4



SALÃO COMUNITÁRIO

FONTE: PRÓPIA



IGREJA MATRIZ SÃO FRANCISCO DE PAULA

FONTE: FACEBOOK



FONTE: PRÓPIA

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

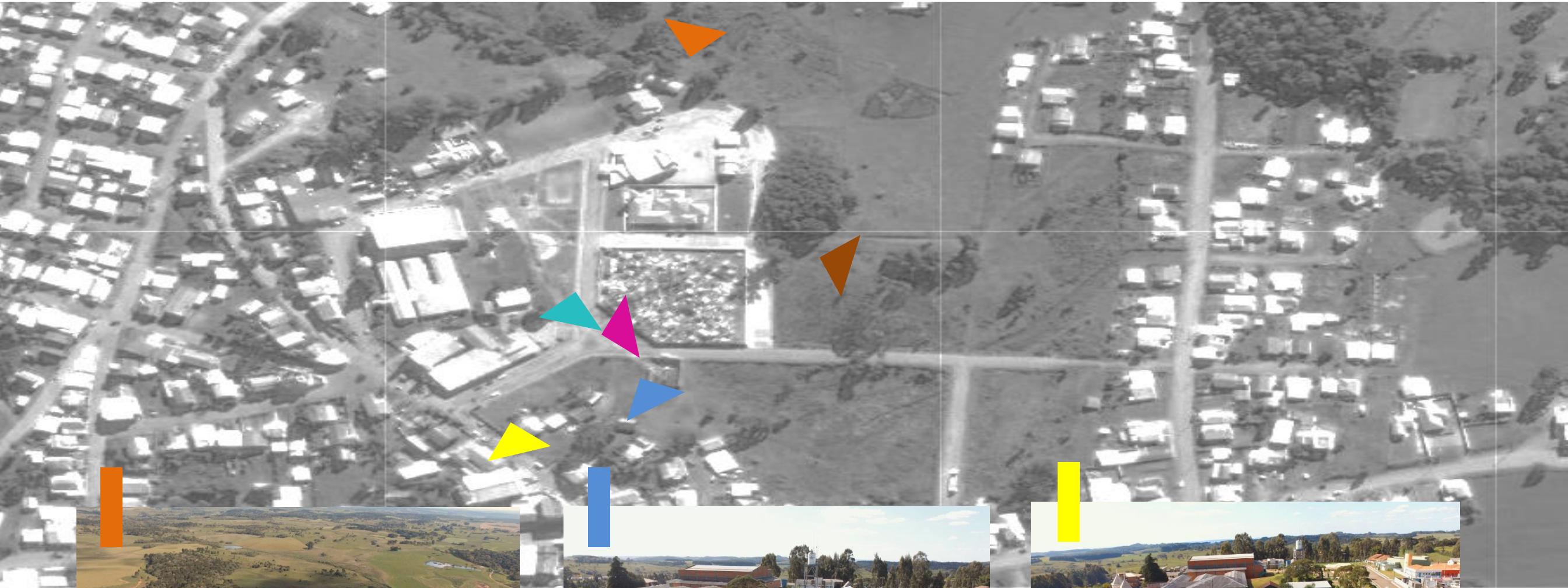


FOTO: BITOPLOCO



FOTO: BITOPLOCO



FOTO: BITOPLOCO



FOTO: BITOPLOCO



FOTO: BITOPLOCO



FOTO: BITOPLOCO

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO



FOTO: BITO PLOO



FOTO: BITO PLOO



FOTO: BITO PLOO



FOTO: BITO PLOO



FOTO: BITO PLOO





- - - FLUXO BAIXO
 - - - FLUXO MÉDIO
 - - - FLUXO ALTO
 - - - POSSÍVEIS CONEXÕES

Analisando as vias na área de intervenção e no entorno percebemos que o centro não está conectado com todos os bairros. Apesar da cidade ser pequena algumas vias ainda se encontram isoladas e outras ainda, subutilizadas pelo potencial que poderiam ter, principalmente as que coletam o fluxo da BR116.

Nota-se também que em alguns pontos o fluxo de carros e de pedestres acontece de forma simultânea como na Francisco Pucci Primo onde os vários entroncamentos acabam prejudicando o trajeto do pedestre.

A ideia seria redistribuir esses fluxos criando um novo eixo de ligação tanto com os bairros em volta quanto com a BR, para que o acesso ao centro seja facilitado.

Sob a lei Nº 526/2010 , de 13 de Dezembro do mesmo ano, traz algumas disposições relevantes para o presente estudo e área de intervenção em questão:

Quanto aos objetivos:

Art.:2

- I. Estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo urbano, tendo em vista o cumprimento da função social da propriedade;
- II. Definir zonas adotando-se como critério básico, a compatibilização da urbanização com os usos existentes e o potencial ambiental e cultural da cidade, garantindo o seu deslocamento;
- III. Promover, através de um regime urbanístico adequado, a qualidade dos valores estéticos, paisagísticos e histórico-culturais, próprios do sítio geográfico
- IV. Prever e controlar densidades demográficas e de ocupação do solo urbano, como medida para a gestão do bem público e conservação do meio ambiente;
- V. Compatibilizar usos e atividades diferenciadas, complementares entre si, tendo em vista a eficiência do sistema produtivo e a eficácia dos serviços e infraestrutura
- VI. Assegurar que a ação pública do Poder Executivo e do Legislativo ocorra de forma planejada;
- VII. Promover o desenvolvimento das funções sociais da cidade segundo princípios de eficácia, equidade e eficiência nas ações públicas e privadas.
- VIII. Garantir o desenvolvimento sustentável, considerando as condições ambientais concretas e utilizando adequadamente as potencialidades do meio natural e cultural da cidade

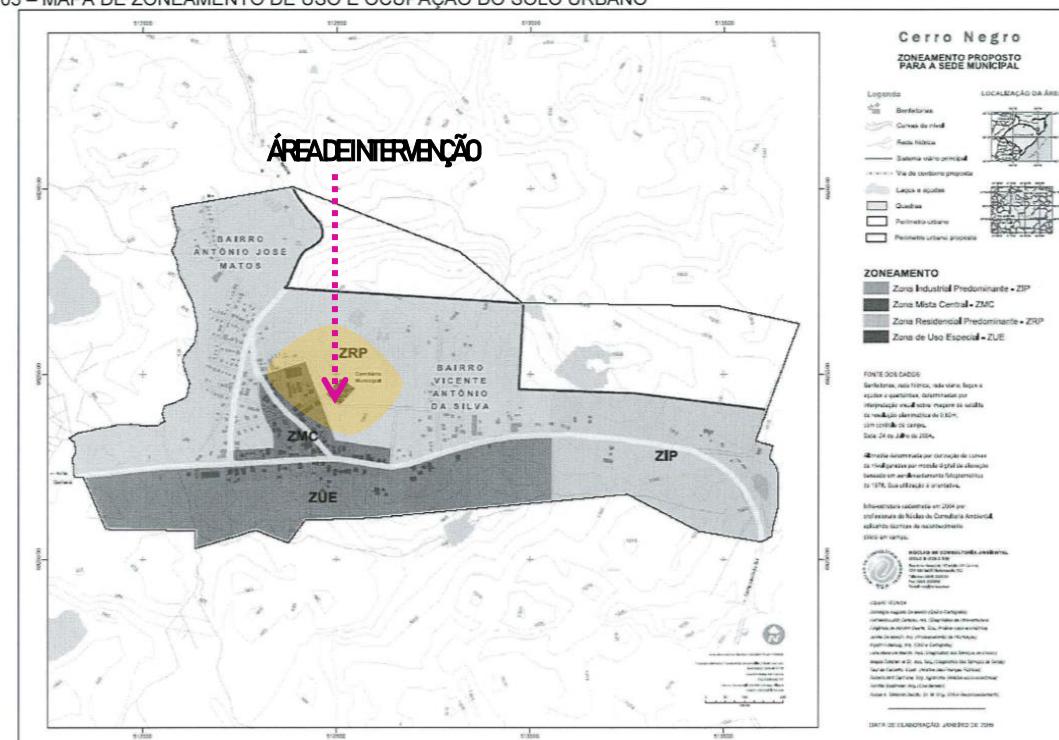
Do zoneamento:

Art.10

A área urbana da sede do município, conforme o Mapa de Uso e Ocupação do solo urbano, parte integrante desta lei, fica subdividida nas seguintes zonas, definidas e delimitadas de acordo com o padrão de uso e ocupação permitida para as mesmas:

- I. Zona Mista Central – ZMC
- II. Zona Residencial Predominante – ZRP
- III. Zona Industrial Predominante – ZIP
- IV. Zona de Uso Especial – ZUE

ANEXO 03 – MAPA DE ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO



FONTE: PLANO DIRETOR MUNICIPAL

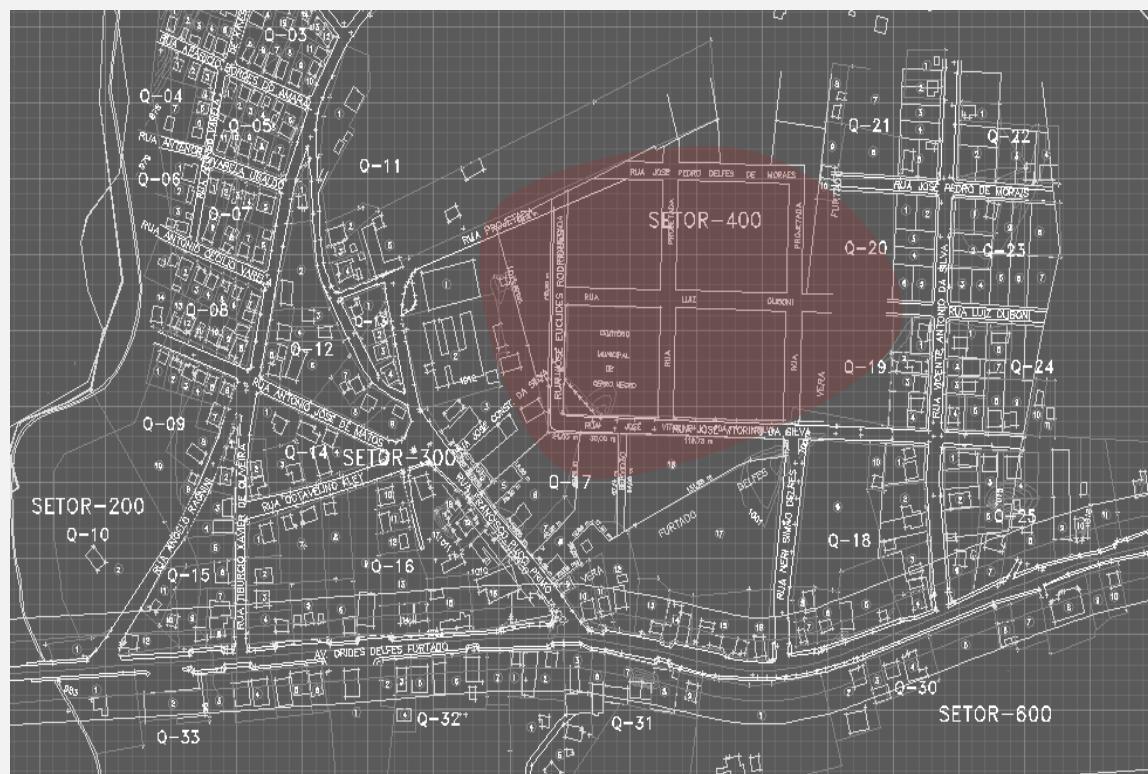
Para a área de intervenção, destaca-se o seguinte trecho do Plano:

Art.12

Para a Zona Residencial Predominante fica determinado só seguintes objetivos e instrumentos;

- I. Intensificar a ocupação do solo urbano através da disponibilidade de infraestrutura e dos índices urbanísticos
- II. Incentivar a implantação de áreas verdes e de lazer, a conservação e preservação da natureza;
- III. Estimular o parcelamento do solo, de acordo com a necessidade e o crescimento da cidade;
- IV. Priorizar a aplicação dos recursos municipais para a criação de equipamentos públicos e consolidação desta zona;

EXPANSÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRONEGRO

PROSPECÇÃO DE CRESCIMENTO PARA A ÁREA DE INTERVENÇÃO SEGUNDO O PLANEJAMENTO URBANO DE CERRONEGRO

ANEXO 01 – REQUISITOS URBANÍSTICOS PARA OCUPAÇÃO DO SOLO

ZONA	TO (%)		IA	Recuo frontal (m)	Afastamento (m)	Pavimentos	Obs.
	BASE TORRE						
ZONA MISTA CENTRAL – ZMC	80	60	2,6	4,00 *	1,50 a partir do segundo pavimento ambos os lados	4 (Edículas com somente um pavimento)	*Edificações Comerciais e Serviços poderão ser construídos com dois metros de recuo frontal.
ZONA RESIDENCIAL PREDOMINANTE - ZRP	50	50	1,0	4,00 *	1,50 a partir do segundo pavimento ambos os lados	2 (Edículas com somente um pavimento)	* Edificações Comerciais e Serviços poderão ser construídos com dois metros de recuo frontal.
ZONA INDUSTRIAL PREDOMINANTE - ZIP	60	-	1,2	10,00	4,00 ambos os lados	2	
ZONA DE USO ESPECIAL – ZUE	20	-	0,4	10,00	2,00 ambos os lados	2	

FONTE: PLANO DIRETOR MUNICIPAL

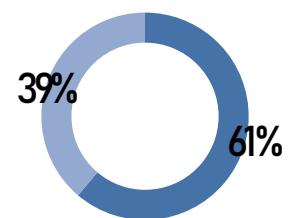
DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO APLICADO COM A POPULAÇÃO

Através do questionário aplicado com a população do município de Cerro Negro (anexo 1), foi possível identificar o perfil dos usuários e os usos e percepção dos mesmos, em relação a praça e os demais equipamentos existentes na área de intervenção. A seguir algumas das questões mais relevantes para o objeto de estudo.

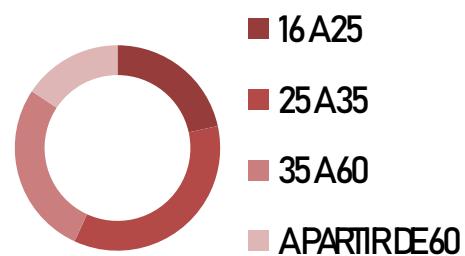
IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

SEXO

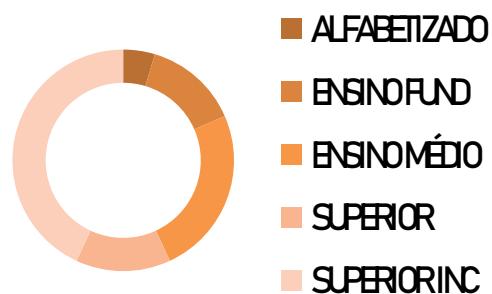
■ HOMENS ■ MULHERES



IDADE



ESCOLARIDADE

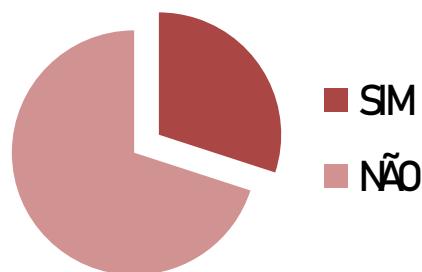


AValiação DO ESPAÇO

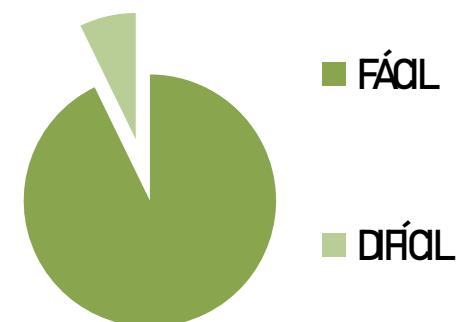
O ESTADO FÍSICO ATUAL DA PRAÇA LHE AGRADA?



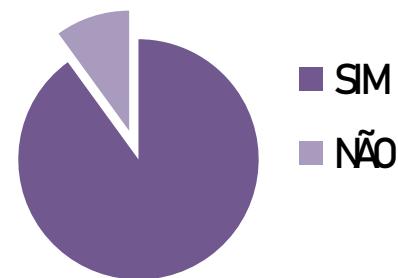
VOCÊ ACHA QUE A PRAÇA ATENDE SUAS NECESSIDADES DE LAZER?



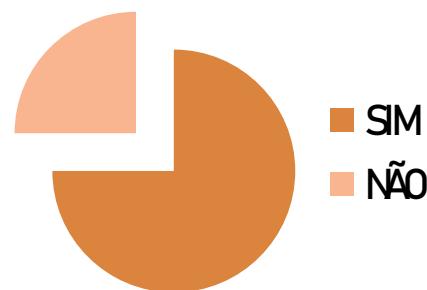
O SEU ACESSO É



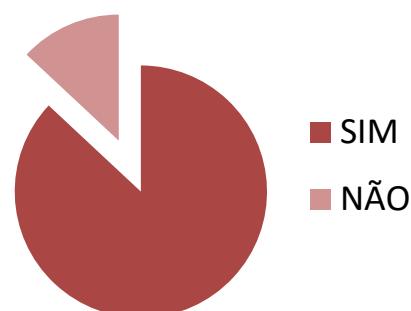
VOCÊ GOSTARIA QUE NOVOS ESPAÇOS DE LAZER, CULTURA, SERVIÇOS FOSSEM PENSADOS PARA A CIDADE?



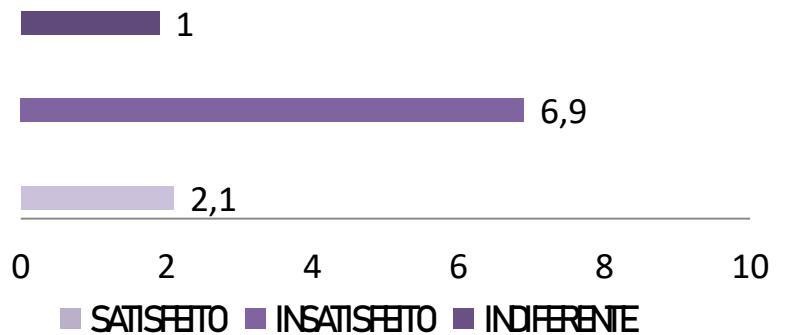
VOCÊ ACHA QUE OS ESPAÇOS PÚBLICOS FAVORECEM AS AMIZADES E NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS?



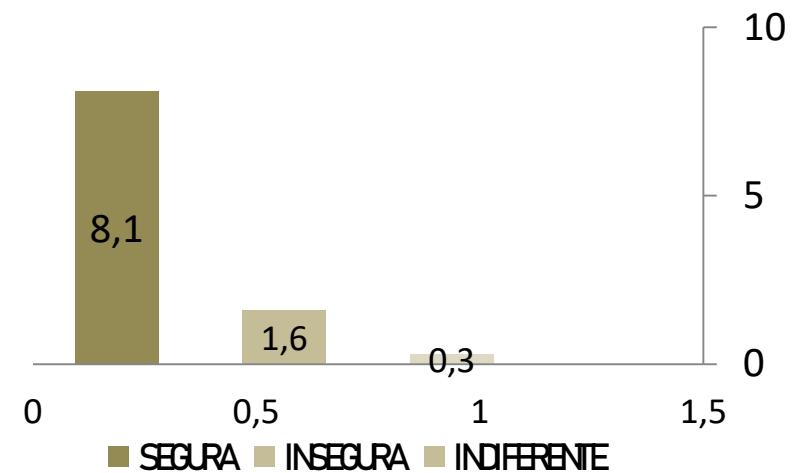
QUANTO AS RUAS E CALÇADAS DA CIDADE VOCÊ COMO PEDESTRE ACHA QUE AS MESMAS SÃO BEM SINALIZADAS E SEGURAS?



COMO VOCE SE SENTE EM RELAÇÃO A PRAÇA E O SEU ENTORNO?



DE MANEIRA GERAL VOCE ACHA A ÁREA EM QUESTÃO



COM QUE FREQUENCIA VOCE AUTILIZA?



CAP. 6

PROGRAMA DE NECESIDADES

CULTURAL/EDUCACIONAL

- CENTRO CULTURAL E DE ENSINO
- PALCO ABERTO PARA EVENTOS/CONCHA ACÚSTICA
- SALÃO COMUNITÁRIO EXISTENTE

COMERCIAL

- CAFETERIA
- BARZINHOS/ PUBS
- ESPAÇO PARA OS PEQUENOS COMERCIANTES LOCAIS/ FEIRAS
- LOJAS COMERCIAIS E ARTE REGIONAL

ESPORTE

- CAMPO MUNICIPAL DE FUTEBOL EXISTENTE
- ACADEMIA AO AR LIVRE EXISTENTE
- QUADRA POLIESPORTIVA
- CRIAÇÃO DE PASSEIOS/CORRIDA

EXTENSÃO DA PRAÇA

- AREAS DE ESTAR
- PLAYGROUND
- ESPAÇOS LIVRES /MÚLTIPLOS USOS

INFRAESTRUTURA

- ALTERAÇÃO DE VIAS

CULTURAL/EDUCACIONAL

DIMENSIONAMENTO | CENTRO CULTURAL E DE ENSINO

HALL/RECEPÇÃO	1	6 M ²
SALA DE DANÇA *	1	50 M ²
SALA DE MÚSICA *	1	70M ²
ATELIES E SALAS MULTIUSO	4	40 M ²
AUDITÓRIO	1	100 M ²
BWC COLETIVO	8 4F+4 M	32M ²
BWC FUNCIONÁRIOS	3	9 M ²
ADMINISTRATIVO	1	10M ²
SALA DE PROFESSORES	1	15 M ²
SECRETARIA	1	9 M ²
COPA	1	12 M ²
DEPÓSITO DE MATERIAIS	2	12 M ²
ALMOXARIFADO	1	10 M ²

* Para uso de 20 a 25 alunos

DIMENSIONAMENTO | PALCO ABERTO

PALCO	1	100 M ²
ARQUIBANCADAS	20*	500 M ²

* Fileiras ¹ Capacidade para aprox. 500 pessoas ³ Não somando os espaços de circulação

ESPORTE

DIMENSIONAMENTO

QUADRA POLIESPORTIVA	1	450M ²
PLAYGROUND	1	120M ²

COMERCIAL

DIMENSIONAMENTO | CAFETERIA

COZINHA	1	15 M ²
SALÃO PRINCIPAL/BALCÃO	1	60 M ²
BWC'S PARA CLIENTES*	4 2F+2M	18 M ²
BWC PARA FUNCIONÁRIOS	1	2 M ²
DEPÓSITO	1	3 M ²

* Considerando um BWC PNE Fem e um Masc

DIMENSIONAMENTO | LOJAS PARA COMERCIO DE ARTE LOCAL

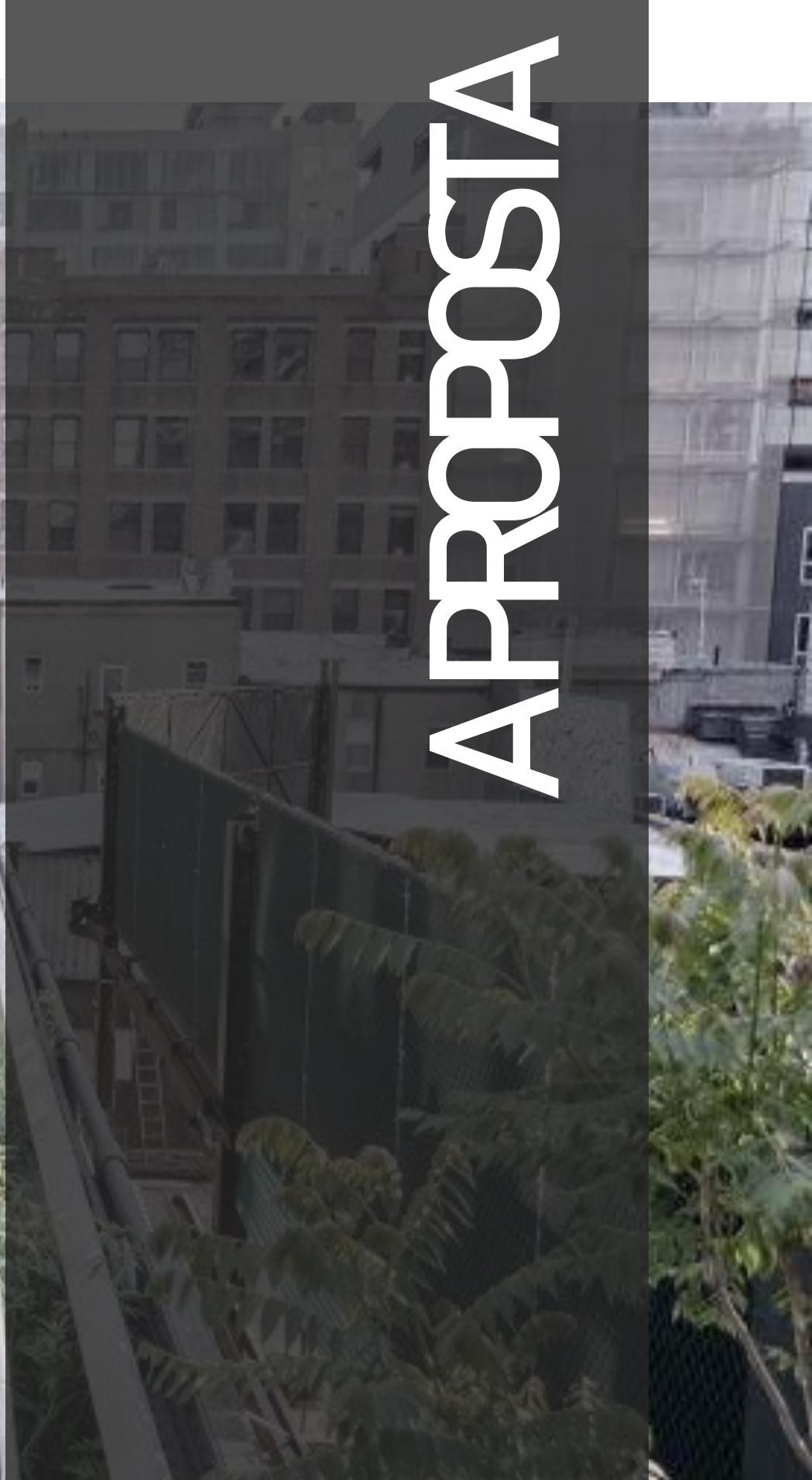
LOJAS	5	100 M ² *
BWC'S	5	15 M ²
DEPÓSITO	5	20 M ²

DIMENSIONAMENTO | ESPAÇO PARA OS PEQUENOS COMERCIANTES/FEIRAS

ESPAÇO P/ MONTAGEM DE STANDES / QUIOSQUES	15	150 M ²
SANITÁRIOS	2	8 M ²



CAP. 7



A PROPOSTA

CONCEITO

A proposta tem como principal objetivo “ligar” o centro com o resto da cidade, transformando-o novamente em ponto de encontro e valorizando o espaço público como elemento essencial à cidade.

Através do equilíbrio, entre preservar muitos dos equipamentos público-administrativos e comunitários já existentes e propor novos usos, a intenção foi potencializar os de caráter cultural e de ensino além de incentivar o comércio e os pequenos comerciantes locais.

A intervenção é baseada em um plano macro de intervenção que considera adequações ao plano diretor da cidade e aborda novas diretrizes para o traçado urbano. O Projeto considera novos eixos e um possível adensamento no entorno da área central, com objetivo de reunir diversas funções e intensificar o uso do solo associando-os a espaços públicos de qualidade e áreas verdes de preservação, característica das áreas em questão.

Diante da análise das problemáticas e das potencialidades, a malha viária foi proposta considerando diminuir o fluxo de veículos em algumas ruas e ao mesmo “convidar” os transeuntes a entrar na cidade e conhecê-la.

A rua é considerada como elemento articulador, prezando sempre pela circulação do pedestre e o acesso aos espaços propostos.

Além dos equipamentos públicos, comunitários, culturais entre outros, a requalificação propõe ainda uma nova identidade à praça da cidade. A ideia é que a mesma siga como extensão em toda quadra como espaços de transição e áreas verdes, proporcionando um espaço dinâmico e convidativo. Quanto às edificações existentes, as fachadas serão também requalificadas a fim de se adequar ao novo contexto e valorizar ainda mais o centro.



PROPOSTA



AVENIDA PRINCIPAL
ORIDES DELFES FURTADO
SC390

AVENIDA FRANCISCO PUCCI
PRIMO
CANTEIRO CENTRAL
PASSEIO EM AMBOS OS LADOS
TRAVESSIA ELEVADA

BAIAS DE
ESTACIONAMENTO
PARALELAS A VIAS DE
ÚNICO SENTIDO

DISTRIBUIÇÃO DE
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
SERVIÇOS E LAZER

COLETORA
NOVO EIXO
DE LIGAÇÃO
BR116- CENTRO

EXPANSÃO DO TECIDO URBANO
ABERTURA DE
VIAS E QUADRAS
ADENSAMENTO E OCUPAÇÃO
URBANA
NOVOS USOS DO SOLO

DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

ESPORTE

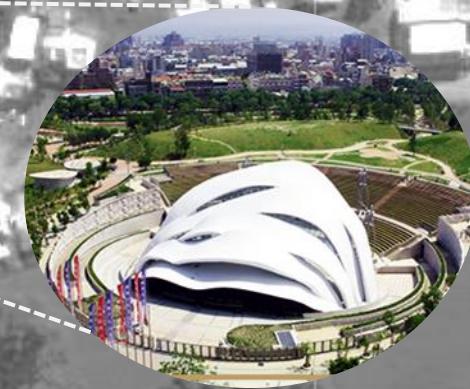
CAMPO DE FUTEBOL
QUADRA POLIESPORTIVA

COMÉRCIO

FEIRAS
ARTE LOCAL

EDUCACIONAL

CENTRO CULTURAL E DE
ENSINO



COMÉRCIO | SERVIÇOS

CAFETERIA | PUBS
PARKLETS

LAZER

COMTEMPLAÇÃO
PLAYGROUND
ACADEMIA AO AR LIVRE
AREÁAS VERDES E DE TRANSIÇÃO

CULTURAL

PALCO ABERTO PARA EVENTOS

FONTE: PALLABAROSA

FONTE: PALLABAROSA

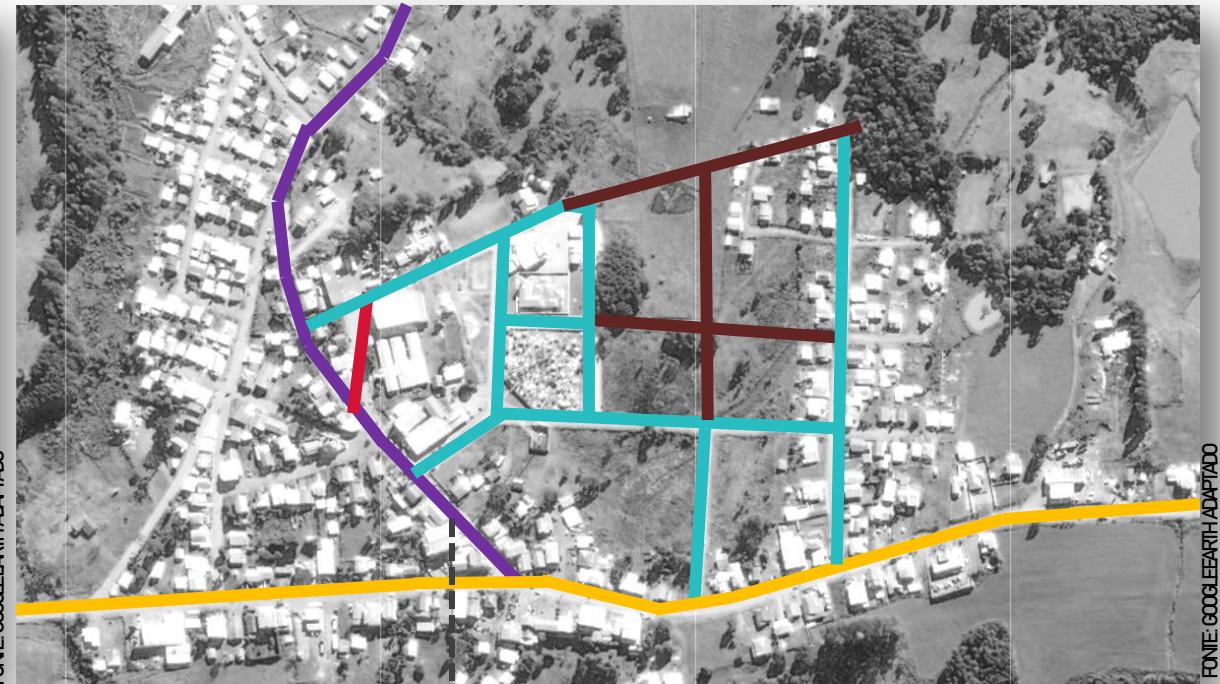
FONTE: PINTEREST

BR116

REPLANEJAMENTO DE VIAS



FONTE: GOOGLE EARTH ADAPTADO



FONTE: GOOGLE EARTH ADAPTADO

- VIA EXISTENTES
- BR116
- ÁREA DE INTERVENÇÃO
- ÁREA DE EXPANSÃO

- VIA PROJETADA
- IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA FRANCISCO PUCCI PRIMO
- VIA REMOVIDA
- VIA INALTERADAS

Todo dimensionamento das vias e equipamentos, seguirão as diretrizes do plano diretor municipal além da norma brasileira NBR 9050 e o que a mesma dispõe sobre acesso a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, garantindo as condições ideais para que o indivíduo possa transitar em qualquer espaço, seja ele público ou privado.



FONTE: GOOGLE EARTH ADAPTADO

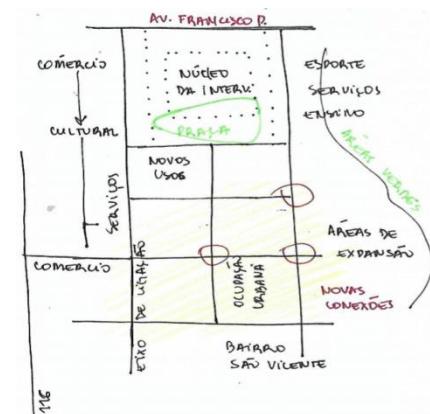
RUAS COMPARTILHADAS
CONTROLE DE ACESSO DE VEÍCULOS
EM DETERMINADOS DIAS E HORÁRIOS

ABERTURA DE VIAS
E QUADRAS PARA CONECTAR
OS BAIROS COMO CENTRO

ALARGAMENTO DA VIA
CANTEIRO CENTRAL ARBORIZADO
PASSEIOS

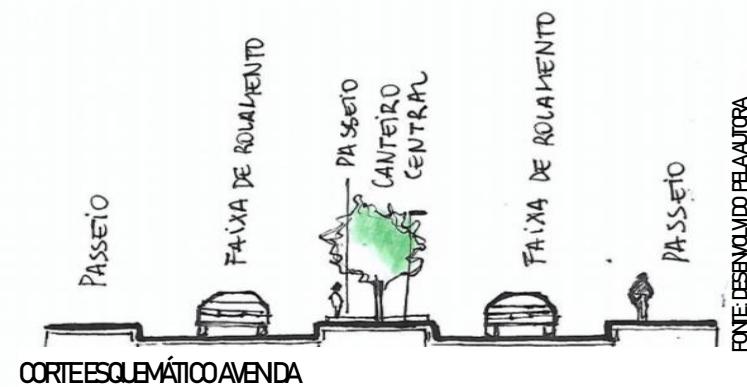
VIA COLETORA
POTENCIALIZADA
COM OS NOVOS
EIXOS DE LIGAÇÃO

BR116



ESQUEMA DE FLUXO E CONEXÕES

FONTE: DESENVOLVIDO PELA AUTORA



CORTE ESQUEMÁTICO AVENIDA

FONTE: DESENVOLVIDO PELA AUTORA



FONTE: FINEREST

Para a elaboração e possível execução da proposta de requalificação, serão necessárias desapropriações em alguns pontos. Um deles compreende algumas residências (no caso destas, mediante aviso prévio e indenização conforme valores de mercado), os demais já são áreas de domínio municipal.

Tais desapropriações estão asseguradas por lei, descritas no Art. 5º, inciso XXIV, da **Constituição de 1988**:

"A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição".

Bem como no **Decreto-Lei n. 3.365/1941**:

Art. 1º A desapropriação por utilidade pública regular-se-á por esta lei, em todo o território nacional.

Art. 2º Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Parágrafo único. Quando a desapropriação destinar-se à urbanização ou à reurbanização realizada mediante concessão ou parceria público-privada, o edital de licitação poderá prever que a receita decorrente da revenda ou utilização imobiliária integre projeto associado por conta e risco do concessionário, garantido ao poder concedente no mínimo o ressarcimento dos desembolsos com indenizações, quando estas ficarem sob sua responsabilidade.

Art. 5º Consideram-se casos de utilidade pública: [...] a criação e melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular

de meios de subsistência; [...] a exploração ou a conservação dos serviços públicos; [...] a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a

construção ou ampliação de ampliação de distritos industriais; [...] o funcionamento dos meios de transporte coletivo; (Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999).

Para as áreas a serem desapropriadas, foi feito um estudo, no caso das residências, quanto a tipologia e o padrão construtivo das edificações.

Foi considerado três tipos de classificação, sendo:

Padrão Popular ou baixo: uso mínimo de materiais e acabamentos

Padrão Médio: uso de materiais econômicos porém de qualidade

Padrão Alto; Com arquitetura diferenciada e Materiais de Custo elevado.

Das áreas a serem desapropriadas, uma já é de domínio municipal. As demais, compreendem residências de baixo padrão. Em um dos trechos inclusive, há construções irregulares e em desacordo com o plano diretor pela área em que estão inseridas.

Contudo, assim como descrito aqui, as desapropriações ocorreriam de forma compensativa conforme prevê a constituição e o estatuto da cidade, além de que, os mesmos estariam contribuindo para melhorias na cidade em prol do crescimento e desenvolvimento da mesma.

ÁREAS A SEREM DESAPROPIADAS





PARTEDA PROPOSTA PARA A PRAÇA ZÉLIA GOBETTI

FONTE: DESENVOLVIDO PELA AJTORA



PROPOSTA PARA AVENIDA FRANCISCO PUCI PRIMO

MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO COM A POPULAÇÃO

QUESTIONÁRIO

Data: _____ Horário: _____

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1. Sexo () M () F

2. Idade: _____

3. Escolaridade: _____ 4. Profissão: _____

5. Bairro em que reside: _____

AVALIAÇÃO DO ESPAÇO

6. Como você se sente em relação à praça?

() muito satisfeito () satisfeito () indiferente () insatisfeito () muito insatisfeito

7. Você acha a praça e o seu entorno bonita? () sim () não

8. Os equipamentos de lazer – parque infantil, pergolado, academia ao ar livre são

confortáveis? () sim () não

9. O seu estado físico atual, de modo geral, tem lhe agradado? () sim () não

10. O seu acesso é

() fácil () difícil

11. A iluminação da praça é suficiente? () sim () não

12. De modo geral você acha a praça da cidade

() muito segura () segura () indiferente () insegura () muito insegura

13. Você acha que os espaços públicos da cidade atendem suas necessidades de lazer?

() sim () não

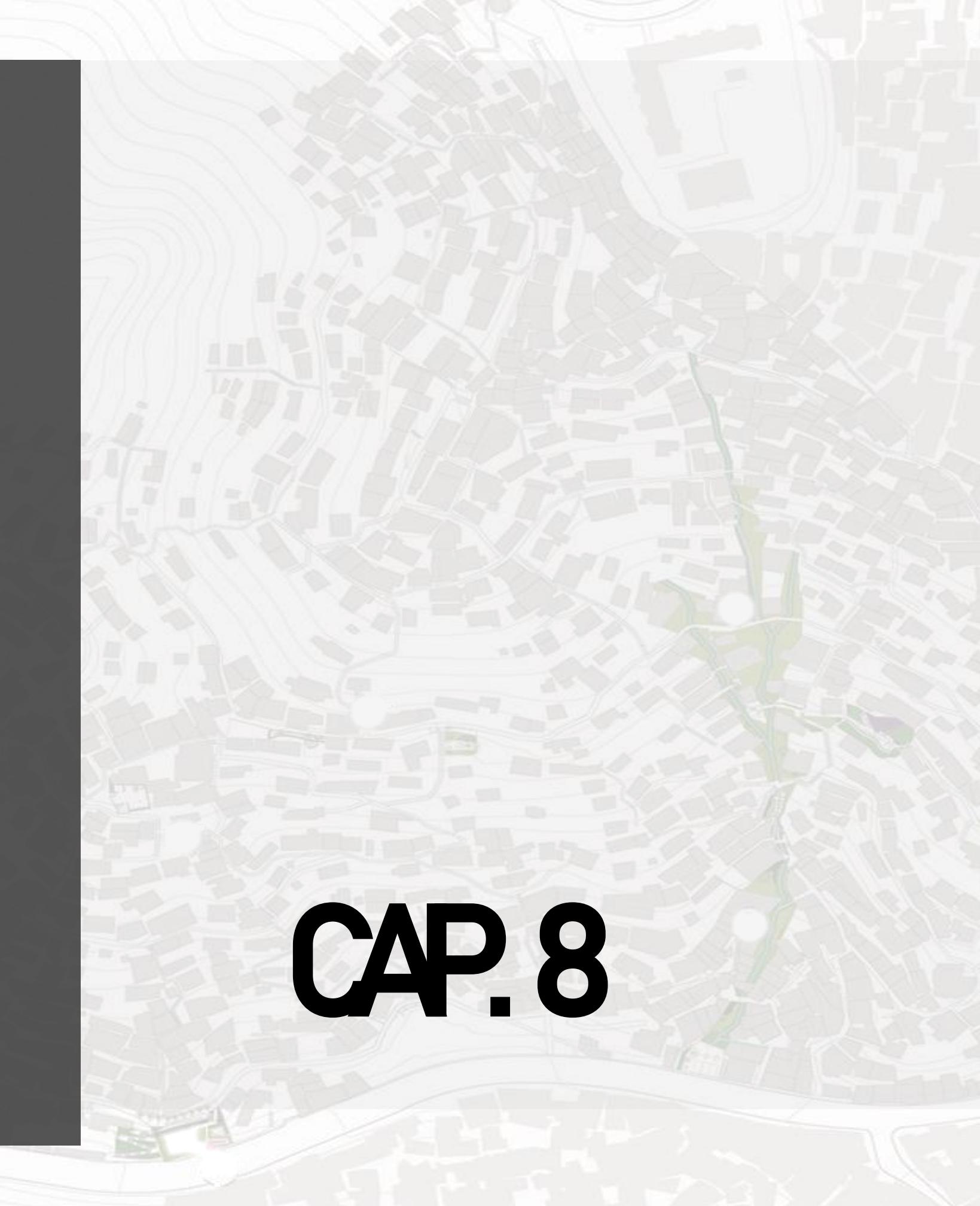
14. Quanto as ruas e calçadas da cidade você acha que as mesmas são seguras, bem sinalizadas etc

() sim () não

INTENSIDADE E DIVERSIDADE DE USO DOS ESPAÇOS

15. Qual o turno e o horário que você mais frequenta a praça? _____

16. Você costuma vir a praça: () durante a semana () em fins de semana

A topographic map of a town, showing a river flowing through the center. The map is overlaid with a semi-transparent grey rectangle. The text 'CAP. 8' is printed in large, bold, black letters on the left side of this rectangle. The map features contour lines, a grid of streets, and several green-shaded areas, possibly indicating parks or specific zones of interest.

CAP. 8

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ARANTES, O. B. F. Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

AZEVEDO, Abílio Moacir de. Territorialidade e plano diretor em São José do Rio Preto. 2004. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

CALDEIRA, T. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 / EDUSP, 2000.

CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. B. Espaços livres do Recife. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

ESTATUTO DA CIDADE. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 262

HAROUËL, Jean Louis. História do Urbanismo./ Jean Louis Harouel; tradução Ivone Salgado – Papirus: Campinas, 1990

JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In: GONZALES, Sueli et al. **O espaço da cidade – contribuição à análise urbana**. São Paulo: Projeto, 1985.

LAMAS, J. M. R.G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, s/d.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. Espaço Público e Visibilidade Social. (In mimeo). São Paulo, FAUUSP, 1987.

LERNER, Jaime. Acupuntura Urbana. Rio de Janeiro, Record, 2003

LIMA, A. L. P. et al. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana 2. São Luís, 1994.

LEITE, Carlos – Cidades Sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano/ Carlos Leite, Juliana di cesare Marques Awad- Porto Alegre . bookman 2012

LEFEBVRE, Henri. Vida cotidiana no mundo moderno. Lisboa, Ulisseia, 1969.

LYNCH, Kevin, 1918- A imagem da cidade –São Paulo: Martins Fonte, 1997.

MACEDO, S. S.; ROBBIA, F. Praças brasileiras. São Paulo: Edusp, 2002.

NBR 9050,
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO, Plano Diretor, 2010.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

https://pt.wikipedia.org/wiki/Carta_de_Atenas

<http://urbanidades.arq.br/2008/02/o-urbanismo/>

http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/teses/ferreira_doutorado_apropriaurb.pdf

https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/viewFile/1519/1529

<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20040316174007.pdf>

<https://jus.com.br/artigos/21915/a-responsabilidade-do-poder-publico-no-planejamento-e-gestao-da-cidade>

http://polis.org.br/wpcontent/uploads/estatuto_cidade_compreender.pdf

<http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2w.pdf>

<http://www.placemaking.org.br/home/wp-content/uploads/2015/03/Guia-do-Espaco-Publico1.pdf>

<https://www.archdaily.com.br/br/794322/o-papel-das-ruas-compartilhadas-como-recuperar-a-qualidade-de-vida-no-espaco-publico-guillermo-tella-e-jorge-amado>

https://issuu.com/paulasbarbosa/docs/requalificacao_da_rua_teodoro_sapai

https://issuu.com/raquelcorreia/docs/a_integracao_de_areas_fragmentadas

<http://www.ufpb.br/cia/content/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>

[/www.cerronegro.sc.gov.br](http://www.cerronegro.sc.gov.br)